

## Nota Premiada disponibiliza bilhetes para sorteio de abril



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Não haverá sorteio da Loteria Federal no dia 21, em virtude do feriado de Tiradentes | Foto: Mateus Pereira | Gov-BA

Os participantes da campanha **Nota Premiada Bahia** já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de abril, que terá resultado divulgado na próxima segunda-feira, dia 26. Para consultá-los, basta acessar o site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br), fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes'. A busca deve ser filtrada pelo mês de março, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior.

Excepcionalmente, a data de publicação da lista de ganhadores precisou ser alterada, pois não haverá sorteio da Loteria Federal no dia 21, em virtude do feriado de Tiradentes. A relação de ganhadores será publicada no site da campanha e nas redes sociais:

@notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

Responsável pela campanha, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que quem perdeu a chance de concorrer aos prêmios de abril deve fazer sua inscrição ainda neste mês e realizar compras com a inclusão do CPF na nota até o dia 30 para concorrer no sorteio de maio.

Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e, após essa etapa, informar o CPF a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Gov Bahia	
Data: 19/04/2021	



## Nota Premiada disponibiliza bilhetes para sorteio de abril

19 abril 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os participantes da campanha Nota Premiada Bahia já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de abril, que terá resultado divulgado na próxima segunda-feira, dia 26. Para consultá-los, basta acessar o site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br), fazer login e escolher a opção "Minha Conta" > "Bilhetes". A busca deve ser filtrada pelo mês de março, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior.

Excepcionalmente, a data de publicação da lista de ganhadores precisou ser alterada, pois não haverá sorteio da Loteria Federal no dia 21, em virtude do feriado de Tiradentes. A relação de ganhadores será publicada no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

Responsável pela campanha, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que quem perdeu a chance de concorrer aos prêmios de abril deve fazer sua inscrição ainda neste mês e realizar compras com a inclusão do CPF na nota até o dia 30 para concorrer no sorteio de maio.

Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e, após essa etapa, informar o CPF a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

**Fonte: Ascom/ Sefaz**

## Nota Premiada disponibiliza bilhetes para sorteio de abril



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Bahia Destaque

19 de abril de 2021 Redação

Os participantes da campanha **Nota Premiada Bahia** já podem conferir os bilhetes com os quais irão concorrer no sorteio de abril, que terá resultado divulgado na próxima segunda-feira, dia 26. Para consultá-los, basta acessar o site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br), fazer login e escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes'. A busca deve ser filtrada pelo mês de março, pois os bilhetes são gerados a partir das notas fiscais eletrônicas com a inclusão do CPF feitas no mês anterior.

Excepcionalmente, a data de publicação da lista de ganhadores precisou ser alterada, pois não haverá sorteio da Loteria Federal no dia 21, em virtude do

feriado de Tiradentes. A relação de ganhadores será publicada no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

Responsável pela campanha, a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba) explica que quem perdeu a chance de concorrer aos prêmios de abril deve fazer sua inscrição ainda neste mês e realizar compras com a inclusão do CPF na nota até o dia 30 para concorrer no sorteio de maio.

Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site [www.notapremiadabahia.ba.gov.br](http://www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e, após essa etapa, informar o CPF a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 592 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 1.405 pessoas, das quais 892 moram na capital, 512 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades.

Fonte: Ascom/ Sefaz

**Assuntos e Palavras-Chave:** SEFAZ - Secretaria da  
Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show  
de Solidariedade

Veículo: Jornal A Tarde	Caderno: Opinião/Espaço do Leitor
Data: 20/04/2021	Página: A2

# A TARDE

## ESPAÇO DO LEITOR

[opinioao@grupoatarde.com.br](mailto:opinioao@grupoatarde.com.br)

### ☺ **VLT: TCE explica**

A respeito de nota veiculada na coluna O Carrasco no dia 19/4, intitulada "Faroeste Chinesa", na qual esta Corte de Contas é citada como tendo recuado de decisão sobre a licitação das obras do VLT do Subúrbio de Salvador, a ser realizada sob o sistema de Parceria Público-Privada (PPP), o Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA) esclarece que, ao contrário do afirmado, não houve nenhum "recuo". É preciso restabelecer a verdade dos fatos, porquanto o que realmente aconteceu é que a Medida Cautelar aprovada à unanimidade pelo plenário do TCE, que suspendia os efeitos da citada licitação, foi obstada por meio de liminar emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Na ocasião, inconformado com a decisão judicial, o TCE entrou com recurso contra a liminar, recurso este ainda não julgado pelo TJB. **ASCOM-TCE**

Veículo: Bahia Econômica

Data: 19/04/21



## PIB DA BAHIA TEVE QUEDA EXPRESSIVA NO 1º TRIMESTRE DE 2021, COM REDUÇÃO ACENTUADA NO SETOR DE SERVIÇOS

### Perspectivas de Curto Prazo – Bahia – 2020/2021

Principais Indicadores	Resultado observado (%)			Projeção (2021) <sup>(1)</sup> (%)				
	Mensal	Ano	12 Meses	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Tendência
Indústria (fev.)	-20,9	-18,0	-9,4	-12,3	-10,5	-9,2		→→
Comércio (fev.)	2,5	2,8	-1,6	-9,1	-6,7	-5,6		→→
Serviços (fev.)	-14,0	-13,0	-16,2	-15,5	-8,6	-8,0		→→
Agricultura (mar.) <sup>2</sup>	-0,5				-0,5	-0,5	-0,5	→→
Exportações (mar.)	0,7	-6,6	-6,7		15,2	20,3	12,0	→→
Importações (mar.)	31,7	22,4	-17,7		50,4	42,1	25,3	→→
ICMS (mar.) <sup>3</sup>	10,8	18,3	3,9		12,4	15,8	9,2	→→
FPE (mar.) <sup>3</sup>	24,0	16,2	-0,1		6,8	15,8	21,7	→→

Elaboração: SEI/Distat/CAC.

admin 19 Abril, 2021

O agravamento da pandemia a partir de janeiro afetou a economia baiana que já vinha em desaceleração desde dezembro do ano passado e, com isso, o primeiro trimestre deve apresentar uma queda no PIB, embora a Agropecuária mais uma vez surpreenda com uma safra próxima a de 2020. A previsão é da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan), que analisou os três principais segmentos da economia:

A indústria foi afetada pela pandemia e sofreu com o fechamento da fábrica da Ford, registrando quedas na produção dos meses de janeiro e fevereiro. Já o comércio varejista e os serviços sofreram com as restrições adotadas pelas autoridades governamentais e sanitárias, como toque de recolher e fechamento de atividades não essenciais, que atingiram diretamente o comércio varejista e os serviços. O comércio, que ainda se ressente da falta do auxílio

emergencial, registrou queda de 3,8% no bimestre, com destaque para atividade Hiper e supermercados com queda de 8,7%.

Já o setor de serviços registrou retração de 13,0% com todas as atividades apresentando taxas negativas. Como este setor representa 70% do PIB baiano, a queda no trimestre deve ser acentuada.

Para completar, indicadores antecedentes mostram uma queda no ritmo da atividade econômica e da confiança de empresários e consumidores no 1º trimestre. O único setor que cresceu no 1º trimestre de 2021 foi a Agropecuária, que representa cerca de 7,5% do PIB. A safra baiana 2020/2021 está estimada em 10,4 milhões de toneladas, o que representa uma alta de 3,1% em relação ao ciclo 2019/2020.

# Balanço lista hospitais de campanha que foram fechados

Com informações incompletas, PGR pede esclarecimentos aos governos estaduais

Por Isadora Peron — De Brasília

20/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

Um balanço feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR), com base em dados preliminares repassados pelos Estados, mostra que durante a pandemia foram construídos 69 hospitais de campanha no país para pacientes com covid-19. Desses, 29, ou 40%, já teriam sido desativados.

A PGR considerou os dados insuficientes ou incompletos e pediu que todos os governadores enviem ao órgão informações complementares sobre a situação dos hospitais de campanha previstos, construídos e desativados em cada Estado. O



Amapá, por exemplo, teria fornecido informações “dúbias”, que não foram computadas.

Pelos dados informados até agora, Goiás e Ceará foram os que mais instalaram hospitais de campanha, com nove unidades cada um. Enquanto o governo goiano desativou um deles, no Ceará todos continuam funcionando.

Oito Estados também informaram que não construíram ou não utilizaram hospitais de campanha: Minas Gerais, Mato Grosso, Sergipe, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Espírito Santo.

No caso de Minas, o governo disse que viabilizou um hospital de campanha, mas que a estrutura não chegou a ser efetivamente utilizada. Já o Rio Grande do Sul disse que não montou esse tipo de estrutura com verba estadual, mas que alguns municípios, como Porto Alegre e Pelotas, realizaram a abertura de unidades.

O Rio de Janeiro informou ter planejado construir sete hospitais de campanha, dos quais apenas dois foram entregues à população e já se encontram desativados. Todas as unidades emergenciais também já foram desinstaladas em outros cinco locais: Alagoas, Mato Grosso do Sul, Roraima, Paraíba e Piauí.

De maneira geral, os hospitais foram fechados ainda em 2020, sob a alegação de queda do número de casos ativos de covid-19.

A Bahia, que instalou sete hospitais de campanha, desativou cinco ao longo de 2020. Mas com a segunda onda reativou duas unidades, uma em fevereiro e outra no mês passado.

De acordo com a PGR, um primeiro ofício foi encaminhado aos chefes do Poder Executivo estadual em 12 de março. O pedido de complementação foi enviado na sexta-feira. Agora, os Estados têm cinco dias para enviar as novas respostas.

O órgão quer saber as justificativas para a desativação de diversos hospitais de campanha no ano passado, já que a pandemia prossegue e que a falta de leitos pode deixar pessoas sem a assistência adequada.

O documento é assinado pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, integrante da Câmara de Direitos Sociais e Fiscalização de Atos Administrativos em Geral do MPF e responsável pelo procedimento administrativo que trata do tema.

Lindôra, que é o braço direito de Augusto Aras na PGR, também solicitou informações completas sobre as verbas federais e estaduais utilizadas na construção dos hospitais de campanha, incluindo especificação de valores repassados pela União aos Estados e a quantia redistribuída aos municípios.

O presidente Jair Bolsonaro tem adotado o discurso de que a União repassou bilhões de reais para os Estados para o combate à pandemia e cobrado uma prestação de contas por parte dos entes da federação.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

**Peugeot e-2008 Full Electric**

PEUGEOT

Ver Oferta

LINK PATROCINADO

**Suv Citroën C3 Aircross**

CITROËN

LINK PATROCINADO

**Peugeot 2008**

PEUGEOT

**BAHIA** Em 208 municípios, medida vigora entre às 20h e às 5h. Nas demais, a restrição acontece a partir das 21 horas

# Horário de toque de recolher é ampliado

MIRIAM HERMES

Em 208 municípios, o que representa metade das cidades baianas, o toque de recolher vigora entre às 20h e às 5h do dia seguinte. O horário ampliado é reflexo da situação epidemiológica, principalmente com relação aos casos ativos e índice de ocupação dos leitos hospitalares aptos a atender pacientes com Covid-19.

Para atender a essa determinação, restaurantes, bares e estabelecimentos congêneros devem suspender o atendimento presencial às 19h, mas o serviço de entrega em domicílio de comidas prontas está autorizado até às 24h.

Nas demais 209 cidades do estado, a restrição acontece a partir das 21h, de acordo com decreto do governo estadual que vigora até o dia 26 de abril, a exemplo de Feira de Santana, 119 km de Salvador, que contabilizou 602 óbitos por causa da doença até ontem. Com 3,788 casos ativos ontem em Feira, segundo município mais populoso da Bahia, o final de semana foi movimentado para a equipe da



Washington Luiz/Dircom Barreiras

Além das restrições de mobilidade, a higienização das ruas é medida adotada para evitar o contágio

Operação Toque de Recolher e fiscalização, que fechou 38 estabelecimentos no período.

De acordo com o titular da Secretaria de Prevenção da Violência e Promoção dos Direitos Humanos (Seprev), major Moacir de Lima, apesar do enfrentamento à Covid-19 ser um trabalho de mais de um ano, ainda há

personas que não acreditam na letalidade do vírus.

Ele destacou que entre a noite de 6ª-feira e a madrugada de ontem, o grupo formado também pela Polícia Militar, em conjunto com a Guarda Municipal, a Superintendência de Trânsito e a Secretaria de Meio Ambiente para reprimir o avanço do vírus, encerrou oito festas

com "paredões".

"Também terminamos duas festas em estabelecimentos comerciais e seis festas particulares com aglomeração em residências", disse o major, destacando que já tem muitas pessoas se conscientizando e contribuindo com denúncias, mas que o grau de consciência deve crescer. Para

ele, o principal problema são as pessoas que não têm noção nenhuma do perigo do vírus. "Desejo que todos compreendam e colaborem, para que a gente possa passar por esta fase o mais rápido possível", apelou.

## Escalonamento

Com 155 óbitos até ontem e relacionada entre os 208

municípios com toque de recolher a partir das 20h, Barreiras, maior cidade do oeste do estado, tem 679 casos ativos que preocupam moradores e autoridades sanitárias. Para evitar aglomerações nos transportes coletivos, a gestão municipal instituiu o funcionamento escalonado para diferentes atividades comerciais, que entrou em vigor ontem e deve vigorar até maio.

Entre as recomendações do novo decreto está a adequação do sistema de transporte público para limitar em 50% a lotação dos veículos. "A concessionária ainda deverá ampliar a frota em circulação nos horários das 07h às 09h e das 17h às 20h, de segunda à sexta-feira", prevê o decreto.

Dentre outras medidas adotadas na cidade, está a desinfecção de locais públicos com grande movimento de pessoas, como pontos de ônibus, academias ao ar livre e praças. "Esse trabalho segue sem interrupções", informou a subsecretária de Infraestrutura, Luzeni Santos, destacando que em média a cada 15 dias estes lugares são higienizados.

NUTRIÇÃO

## Professor da UFBA morre Covid-19

DA REDAÇÃO

Após ficar cerca de 40 dias internado, professor do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Jailton Souza de Almeida, morreu na madrugada de ontem por causa da Covid-19. Ele atuava na instituição desde 2008.

Jailton também atuou como revisor em vários periódicos internacionais de ciências, além de possuir dezenas de artigos publicados em revistas científicas de vá-

rios países, com mais 500 citações. Ele era graduado e mestre em física pela própria universidade e fez o doutorado na Universidade de Uppsala, na Suécia.

## Pesquisa

Jailton Souza de Almeida também foi assessor da Câmara de Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), de 2007 a 2011, e era consultor de universidades, institutos federais e fundações de amparo à pesquisa.

Foi assessor da Câmara de Inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), de 2007 a 2011, e era consultor de universidades, institutos federais, e fundações de amparo à pesquisa.

O professor Jailton de Almeida também na Universidade de Uppsala como professor visitante, com projeto financiado pela União Europeia, e tinha experiência em High Performance Computing, tendo montado um cluster de computadores a

partir de PCs para simulação computacional de propriedades físicas de sólidos.

O sepultamento do professor Jailton Souza de Almeida aconteceu na cidade de Catu, município baiano. "Colega e professor respeitado e querido por toda a comunidade do nosso instituto, Jailton deixará uma permanente lacuna entre nós, mas estará sempre em nossa memória e nossos corações", afirmou, em nota, o diretor do Instituto de Física, professor Ricardo Miranda.

REVISTA

## Let's Go traz crônica do vocalista da Jota Quest

DA REDAÇÃO

A revista Let's Go Bahia lança mais uma edição. Dessa vez os leitores vão ser brindados com uma crônica assinada pelo vocalista da banda Jota Quest, Rogério Flausino.

A edição que teve perseverança e prosperidade como tema, serviu de inspiração para que Flausino dividisse com os leitores da Let's Go, a história da música "Dias melhores".

"Não só a história da mú-

sica mas especialmente a letra se encaixaram muito bem com a mensagem que queríamos passar nessa edição, e somos só gratidão a esse artista sensacional!" - comemora Verônica Vilas Bôas, publisher da revista.

Na matéria de capa, a revista trouxe a história do chef Rafael Zacarias. O nome por trás da famosa hamburgueria Bravo.

Link: <https://online.anyflip.com/lkbb/fyjp/>

## OBITUÁRIO

### BOSQUE DA PAZ

**Maria da Purificação Costa Lopes** faleceu no Hospital Espanhol, 88 anos, viúva, natural de Santo Amaro da Purificação-BA

**Olavo Francisco da Silva** faleceu no Hospital Geral do Estado, 72 anos, casado, natural de Palmeira dos Índios-AL

**Maria Carvalho Dias** faleceu na Upa - Valéria, 92 anos, viúva, natural de Itapebi-BA

**Mirian Argolo do Nascimento Freire** nasceu no 12º Centro de Saúde, 75 anos, viúva, natural de Salvador-BA

**José Oliveira Silva** faleceu no Lar de Idoso de Serrinha, 73 anos, divorciado, natural de Serrinha-BA

**Maria Célia Santo Viana** faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 65 anos, casada, natural de Aratuípe-BA

**Antônio Jorge Bispo dos Santos** faleceu no Hospital Aeroporto, 63 anos, casado, natural de Salvador-BA

**Tânia Márcia de Freitas Araújo** faleceu no Hospital Univ. Prof. Edgard Santos, 69 anos, solteira, natural de Ruy Barbosa-BA

**Vicentina de Jesus Paulino** faleceu no Hospital de Campanha Itaigara Memorial, 67 anos, casada, natural de São Paulo-SP

**Cristiane Ferreira de Jesus** faleceu no Instituto Couto Maia, 44 anos, casada, natural de Salvador-BA

**Janete Franco Gealh** faleceu no Hospital São Rafael, 68 anos, casada, natural de Salvador-BA

**Izabel Cristina Fontes Dantas** faleceu no Hospital do Subúrbio, 38 anos, solteira, natural de Salvador-BA

**Rita de Cássia Rolim Batista Vidal** faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 45 anos, casada, natural de Itabuna-BA

**Isaulita Ferreira Rodrigues** faleceu no Hospital Espanhol, 74 anos, viúva, natural de Itapetinga-BA

**Ana Lúcia dos Santos Silva** faleceu no Hospital Teresa de Lisieux, 57 anos, solteira, natural de Salvador-BA

### CAMPO SANTO

**Carmen Pereira Ribeiro** faleceu em residência, 89 anos, natural de Salvador-BA

**Waldelice Soares de Assis** faleceu no Hospital de Campanha Arena Fonte Nova, 87 anos, natural de Salvador-BA

**Paulo César Barreto de Jesus** faleceu no Hospital de Campanha de Itapuã, 66 anos, natural de Salvador-BA

**Mário Luciano Moreira dos Santos** faleceu no Hospital do Subúrbio, 76 anos, natural de São Félix-BA

**Antônio Ubirajara da Silva Ferreira** faleceu no Hospital Municipal de Mata de São João, 72 anos, natural de Santa Bárbara-BA

**Neuza Maria Paes**

**Nascimento** faleceu no Hospital da Bahia, 66 anos, natural de Teófilo Otoni-MG

**Edelson dos Santos da Silva** faleceu em via pública, 37 anos, natural de Salvador-BA

**Caique Ferreira dos Santos** faleceu em via pública, 21 anos, natural de Salvador-BA

### JARDIM DA SAUDADE

**Terezinha Gomes Loiola** faleceu no Hospital Municipal de Salvador, 88 anos, viúva, natural de Ruy Barbosa-BA

**Wolney de Azevedo Perrucho** faleceu em residência, 86 anos, casado, aposentado, natural de Aracaju-SE

**Iracy Bitencourt Andrade** faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 91 anos,

viúva, aposentada, natural de Ubaíra-BA

**Eunice Marques de Almeida** faleceu no Hospital Cardio Pulmonar, 97 anos, viúva, pensionista, natural de Itaeté-BA

**Montesuma Laranjeiras Borges** faleceu no Hospital Santa Isabel, 63 anos, casado, metrologista, natural de Salvador-BA

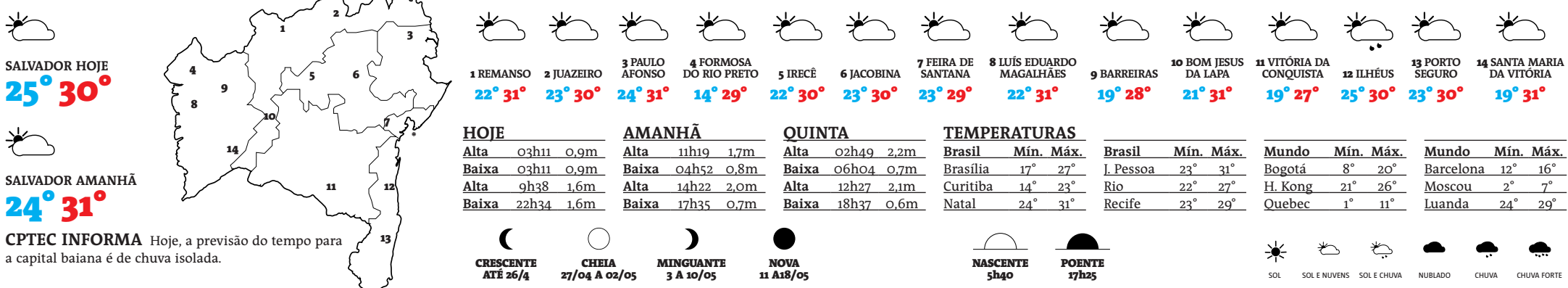
**Haydée Maria Gueudeville Vita** faleceu em residência, 102 anos, viúva, natural de Salvador-BA

**Nara Nádia Noblat Coelho** faleceu no Hospital Santa Isabel, 67 anos, casada, natural de Salvador-BA

**Paulo Eliézer Sales Araújo** 59 anos, natural de Salvador-BA

## CLIMA

salvador@grupoatarde.com.br



# ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

**PANDEMIA** Câmara dos Deputados e Senado flexibilizaram a LDO, o que permitirá a volta do Pronampe e BEm, programas de incentivo aos negócios

## Congresso aprova retomada de ajuda ao setor produtivo

RODRIGO AGUIAR E AGÊNCIAS

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram ontem o projeto que, ao flexibilizar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permitirá a retomada de medidas de auxílio ao chamado setor produtivo, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), e o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm).

O Pronampe financia pequenos negócios com juros baixos e regras simplificadas, enquanto o BEm é voltado para complementar a renda de funcionários de empresas que adotaram redução de salários e jornadas ou suspenderam contratos de trabalho em função da pandemia.

O Projeto de Lei do Congresso (PLN) 2/2021 retira da meta fiscal despesas relacionadas ao enfrentamento à pandemia e seus efeitos na economia e também autoriza o bloqueio de recursos do Orçamento de 2021, cujo prazo para sanção se encerra na quinta-feira, 22.

Após acordo firmado entre o governo Bolsonaro e o Congresso, o deputado Efraim Filho (DEM-PB), relator da matéria, acatou quatro das seis emendas apresentadas – entre elas a do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que retira da meta de resultado primário os créditos extraordinários destinados ao SUS (desde que em rubricas específicas de combate à pandemia), ao Pronampe e ao BEm.

O Ministério da Economia informou que o governo planeja destinar até R\$ 15 bilhões para o auxílio a micro e pe-



Pablo Valadares / Câmara dos Deputados

A Câmara e o Senado aprovaram ontem o projeto que traz de volta os incentivos

quenas empresas afetadas pela pandemia. Desse montante, R\$ 10 bilhões iriam para o BEm e os R\$ 5 bilhões restantes para o Pronampe.

**‘Profundas diferenças’** “Apesar das nossas profundas diferenças, tem ocorrido eventualmente aproximação de posições. Se trata de colocar a saúde fora do teto de

### R\$ 15 bi

é o valor que o governo planeja destinar para o auxílio a micro e pequenas empresas afetadas pela pandemia, segundo o Ministério da Economia

gastos em um orçamento que não dispõe dessas condições em função da pandemia”, afirmou o deputado Afonso Florence (PT-BA), vice-líder da oposição na Câmara, ao agradecer ao relator por incluir a emenda de Carvalho. Também foram acatadas emendas do deputado Lucas Vergílio (Solidariedade-GO) e do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) que possibilitam transferir recursos a municípios de até 50 mil habitantes mesmo inadimplentes.

“É uma pena que a gente só esteja votando esse projeto agora em abril. O governo federal deixou sem nenhum apoio os trabalhadores desempregados que não tinham nenhum tipo de auxílio desde dezembro. Deixou milhares de empre-

sas irem à falência e só adota essa medida por pressão”, afirmou o deputado Carlos Zarattini (PT-SP).

Vice-líder da maioria, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) disse que o governo Bolsonaro “continuará enfrentando a pandemia assegurando os recursos necessários para empresas e pessoas”. O parlamentar reforçou a necessidade da autorização legislativa para o bloqueio de recursos orçamentários pelo governo.

No projeto aprovado, há autorização para o governo contingenciar R\$ 9 bilhões em despesas discricionárias (exceto emendas parlamentares). Despesas discricionárias são aquelas que o governo pode ou não executar, possuindo uma margem de manobra.

### GESTÃO

## Silva e Luna assume Petrobras

ANA CRISTINA CAMPOS  
Agência Brasil, Rio de Janeiro

O general Joaquim Silva e Luna tomou posse ontem como presidente da Petrobras. Ele foi indicado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, em substituição ao economista Roberto Castello Branco.

Em seu discurso, Silva e Luna disse que não há dúvidas de que entre os principais desafios estão tornar a Petrobras cada vez mais forte, trabalhando com visão de futuro, segurança,

respeito ao meio ambiente, aos acionistas e à sociedade para garantir o maior retorno possível ao capital empregado.

### Conciliar interesses

“Crescer sustentado em ativos de óleo e gás de classe mundial, em águas profundas e ultraprofundas, buscando incessantemente custos baixos e eficiência. E fazer tudo isso conciliando os interesses de consumidores e acionistas, valorizando os nossos petroleiros, buscando reduzir volatilidade



Reprodução

Silva e Luna diz que quer custos baixos e eficiência

sem desrespeitar a paridade internacional, perseguindo a redução da dívida, investindo em pesquisa e desenvolvimento e contribuindo para a geração de previsibilidade ao planejamento econômico nacional”, acrescentou.

O general Joaquim Silva e Luna foi confirmado para o cargo no último dia 16. A decisão foi formalizada pelo conselho de administração da estatal, que o elegeu, além de aprovar outros nomes para compor a diretoria executiva.

### CURTAS

#### Atividade econômica cresce 1,7%

A atividade econômica registrou crescimento, em fevereiro, pelo décimo mês consecutivo. É o que mostra o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Em fevereiro, o índice apresentou alta de 1,7% na comparação com janeiro, segundo dados dessazonalizados (ajustados para o período). Em relação a fevereiro de 2020, a expansão ficou em 0,98% (sem ajustes). No primeiro bimestre comparado ao mesmo período de

2019, foi registrada alta de 0,23%. Em 12 meses terminados em fevereiro de 2021, houve retração de 4,02%.

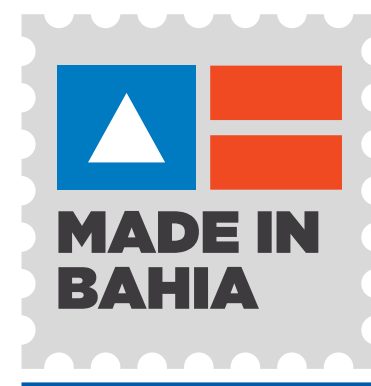
**Expansão registrada em fevereiro aconteceu pelo décimo mês consecutivo**

#### Mercado prevê inflação maior

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), neste ano, subiu de 4,85% para 4,92%. Este foi o segundo aumento consecutivo na estimativa que consta do boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos. A projeção para 2021 está acima do centro da meta de inflação, definido em 3,75%.

#### Extra oferece preço de atacado

O Extra Hiper está concluindo a implementação da nova dinâmica comercial com preço de atacado em suas 103 lojas. O novo posicionamento, que passou a ser implementado em julho de 2020, apresenta dois preços na gôndola (preço varejo e preço atacado) com foco nos produtos de Mercearia Básica e Alimentar. Os clientes do Extra Hiper passam a contar com uma economia de até 15% nos itens dessas categorias.



## A força histórica da Baía de Todos-os-Santos para o desenvolvimento do país



Divulgação

DEMIR LOURENÇO

Diretor-executivo do Tecon Salvador, unidade de negócios da Wilson Sons

Costumo afirmar que a logística portuária está presente no lar de cada brasileiro, pois pelo porto passam desde produtos básicos, como arroz, a cargas de tecnologia cotidiana, como celulares. Esta proximidade ocorre desde as nossas origens históricas até o horizonte futuro, que confere a plena expansão do modal marítimo no comércio exterior.

A Wilson Sons nasceu em Salvador, há 184 anos, e sua história mistura-se com a do desenvolvimento do país. No século XIX a companhia chegou a prover boa parte do carvão mineral importado para a geração de energia do país, reafirmando a importância nacional de Salvador.

Em março de 2021, nos 472 anos de Salvador, também comemoramos os 21 anos do Tecon Salvador, unidade de negócios da Wilson Sons a qual tenho o privilégio de liderar desde o seu nascimento, em 2000. Ao longo destes anos vi o porto crescer, a cidade se transformar, assim com muitas vidas envolvidas com a nossa atividade, onde destaque que mais de 95% da nossa equipe é composta por profissionais de Salvador e RMS. Eu mesmo, carioca há 24 anos em Salvador, costumo definir-me pelo neologismo “barioca”, mais sonoro que a alternativa “cariano”.

Salvador, importante hub de logística portuária do país, é fundamental para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, sendo relevante ferramenta de atração de novos investimentos cuja zona de influência alcança também a importadores e exportadores dos estados de Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Sergipe.

Nestes 21 anos do terminal movimentamos mais de três milhões de contêineres e investimos mais de R\$ 900 milhões em infraestrutura. Em 2021 entregamos a 1ª e a 2ª etapas da atual obra de expansão, finalizando a ampliação do berço de atracação, com a inauguração do Cais Santa Dulce dos Pobres, que junto com o Cais Água de Meninos perfazem 800 metros lineares; adquirimos três novos portêineres e cinco novos RTGs, além de pavimentarmos 30.000 m² de retroárea adicionais.

Recentemente Santos recebeu autorização para atracar navios de 366 metros, com 15.000 TEUS de capacidade, o que foi comemorado por nós, visto que nosso “trabalho de casa” já está feito desde 2018, quando obtivemos a homologação da movimentação dessa classe especial de navios, sem qualquer restrição. Que venham os gigantes, estamos prontos!

Diante dos desafios do cenário atual, reafirmamos o nosso compromisso com a vida, a segurança, a fé na força histórica da Baía de Todos-os-Santos e no potencial do Porto de Salvador. Estamos prontos e ávidos para atender às demandas provenientes do reaquecimento iminente da economia, certos da construção de um futuro mais comprometido com o desenvolvimento econômico, social e sustentável que temos pela frente.

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

## Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

●● O atual momento com a pandemia ainda é muito difícil, e a medida é importante para dar fôlego às empresas e manter o emprego e a renda dos trabalhadores

Angelo Coronel

Senador pelo PSD da Bahia, ao explicar voto a favor do projeto de lei que permite a abertura de créditos extraordinários para a implantação dos programas emergenciais de manutenção do emprego (BEm) e de auxílio às pequenas e micro empresas (Pronampe), aprovado ontem no Congresso

## Além do horizonte

A ofensiva deflagrada este ano pelo Ministério Público do Estado (MP) sobre o Detran conquistou avanços substanciais em uma nova frente de investigação aberta para apurar indícios de corrupção e desvios de verbas envolvendo ao menos dois grandes contratos do órgão. Embora o MP tenha determinado alto nível de sigilo para o caso, informações obtidas pela Satélite apontam que, entre os alvos, está uma empresa do Rio de Janeiro especializada em tecnologia da informação e sistemas digitais. Na mira dos investigadores, há ainda um suspeito de atuar como operador financeiro para beneficiários do esquema que teria fixado residência em Portugal, considerado peça-chave para o cerco.

## NOVOS CAPÍTULOS

Desde o início de fevereiro, quando o "Cartel das Placas" na Bahia foi desmontado por promotores do Gaeco, grupo especial voltado a combater organizações criminosas, o MP deu início a uma série de investigações paralelas no Detran, com foco principal em contratos milionários.

## Ajuste de contas

Relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Edson Fachin autorizou a emissão da guia de execução provisória para que o ex-ministro Geddel Vieira Lima efetue, de forma integral, o pagamento da multa de aproximadamente R\$ 1,6 milhão, relativa ao caso do bunker de propina descoberto pela Polícia Federal em um apartamento da Graça. A quitação da soma à vista foi imposta como condição para que Geddel possa cumprir parte da pena por lavagem de dinheiro em regime semiaberto. Em sua decisão, Fachin destacou que quaisquer atos referentes à prisão do ex-ministro dependem de aval prévio do STF.

## Fora do papel

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, desembarca na Bahia sexta-feira que vem para inaugurar o primeiro trecho duplicado da BR-101 no estado. A etapa, com 22 quilômetros e pavimento de concreto, começa na ligação com a BR-324, sentido Alagoinhas, e termina logo após a entrada do município de Teodoro Sampaio. Na solenidade, prevista para acontecer às margens da rodovia em Conceição do Jacuípe, Freitas deve anunciar a meta de concluir a duplicação da BR-101 até Alagoinhas no fim de 2022.

## Plantar e colher

Donos de vinícolas na Chapada Diamantina terão destaque no cronograma da visita que o ex-prefeito ACM Neto fará no início de maio à região, escolhida para abrir a retomada da agenda do democrata no interior baiano. A ideia é ouvir empresários que atuam no segmento sobre como aproveitar melhor a forte vocação da Chapada para a viticultura e incluir, em seu eventual plano de governo na sucessão estadual, propostas direcionadas a consolidar a região como polo de vinhos finos.

## Fogo no pavio

É crescente a tensão entre fazendeiros e tupinambás na Serra do Padeiro, situada no Sul da Bahia. O estopim foi aceso após a Justiça Federal autorizar, contra os ordens do Supremo, reintegração de posse em áreas ocupadas por índios que travam intensa disputa pelas terras.

SABIA QUE DÁ PARA DOAR PARA A APAE SEM GASTAR NENHUM CENTAVO?

## Declare o seu IR e a sua solidariedade.

Até o dia 30/04, toda pessoa que fizer a Declaração do IRPF pelo MODO COMPLETO pode destinar 3% do imposto devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Aproveite essa oportunidade, faça uma doação para a Apae e colabore com o projeto MAIS CER, que beneficiará crianças com deficiência do subúrbio de Salvador.

Em caso de dúvidas, ligue para (71) 3270-8307.



## Siga o passo a passo:

- 1 Abra o programa ou aplicativo da Declaração do IRPF;
- 2 Dentro de "Resumo da Declaração", selecione: "Doações diretamente na Declaração - ECA";
- 3 Selecione o tipo de Fundo: Municipal;
- 4 Selecione a UF: BA;
- 5 Selecione o município: Salvador;
- 6 Escolha o valor da doação: o próprio sistema da Receita irá calcular qual o valor que poderá ser doado;
- 7 O sistema irá gerar um DARF, que deve ser pago até o dia 30 de abril;
- 8 Envie o comprovante de pagamento para o e-mail do Fundo, fmdca.spmj@salvador.ba.gov.br, com cópia para o doe@apaesalvador.org.br, informando que a doação é destinada à Apae Salvador.

É necessário que a Associação apresente esse comprovante para solicitar a verba para o projeto.

APOIO:

Correio

O QUE A BAHIA QUER SABER



APAE  
Salvador - BA

# Governo tem R\$ 10 bi para programa de corte de jornada

**EMPREGO** O governo pretende destinar até R\$ 15 bilhões para ajudar micro e pequenas empresas afetadas pela retomada da pandemia de covid-19, anunciou o Ministério da Economia horas antes de um acordo entre o governo e o Congresso para flexibilizar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 e liberar os recursos para os programas. Dos R\$ 15 bilhões, R\$ 10 bilhões iriam para o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), que complementa a renda de empregados de empresas que reduzem jornadas ou suspendem contratos de trabalho em função da pandemia. Os R\$ 5 bilhões restantes devem irrigar o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que financia pequenos negócios com juros baixos e

**5 BI**  
de reais é o orçamento destinado a outra iniciativa, o Pronampe, que facilita o acesso ao crédito pelos pequenos negócios

regras simplificadas de acesso ao crédito.

O projeto que altera a LDO de 2021 retira um dispositivo que obrigaria o governo a compensar os dois programas temporários com corte de despesas em outras áreas ou com aumento de tributos e de outras fontes de receita.

As medidas de ajuda aos negócios de menor porte têm sido uma das reivindicações dos setores mais atingidos pela segunda onda da pandemia de covid-19. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), 91% das empresas do segmento não conseguiram pagar integralmente as folhas salariais em abril.

O setor do varejo é outro que também esperava a reedição do programa pois passa por dificuldades após a adoção das medidas de restrições mais rígidas. Diante do fechamento das lojas e com a

economia em crise representantes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo discutiam a possibilidade de haver demissões em massa.

O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda foi criado no ano passado, após o início da pandemia. As empresas que realizaram o acordo puderam fazer quatro tipos de acordos. Os trabalhadores dessas empresas passaram a ter a jornada de trabalho reduzida e começaram a receber o BEM para compensar parte das perdas salariais.

As empresas que aderiram ao Programa de Redução de Salário e Jornada tiveram que garantir o emprego de seu funcionário pelo dobro de tempo do acordo estabelecido. De acordo com o Ministério da Economia, o programa contemplou 9,8 milhões de trabalhadores e mais de 1,4 milhão de empresas

LEIA MAIS A PÁGINA 23

## INDICADORES

### CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.5500	R\$ 5.5505
Dólar Turismo	R\$ 5.5400	R\$ 5.7130
Euro turismo	R\$ 6.6000	R\$ 6.8930

### BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	120.933,78	-0,15%

### POUPANÇA

20/04/2021	0,1159%
------------	---------

### SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00
--------------

### INFLAÇÃO

	Fevereiro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,93%	2,05%	6,10%
INPC/IBGE	0,86%	1,96%	4,57%
IGP-M/FGV	2,94%	8,26%	31,10%

## BRINDE

# 56%

é a alta das vendas de vinho fino nacional entre 2020 e 2019. O ano passado foi o melhor da história para as vinícolas brasileiras, com 24 milhões de litros vendidos. O pico das vendas foi entre maio e julho. As informações são da CNN.

## PARA BANCO, REAL É A MOEDA MAIS BARATA

**CÂMBIO** O real é a moeda mais barata do mundo emergente, segundo novo modelo de taxa justa de câmbio divulgado pelo Bank of America, mesmo depois de o valor justo para a moeda ter sofrido a maior depreciação numa lista de pares. O novo modelo de cálculo do BofA, chamado de Compass BEER, cobre um período entre dois e quatro anos e inclui elementos como spread de CDS, diferencial de crescimento entre países emergentes e desenvolvidos, entre outros.

## ATIVIDADE ECONÔMICA CRESCE 1,7%

**BANCO CENTRAL** A atividade econômica registrou crescimento, em fevereiro, pelo décimo mês consecutivo. É o que mostra o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Em fevereiro, o índice apresentou alta de 1,7% na comparação com janeiro, segundo dados dessazonalizados (ajustados para o período). Em relação a fevereiro de 2020, a expansão ficou em 0,98% (sem ajustes).

# miriam leitão

[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

O governo usou ontem a tática de tentar adiar a instalação da CPI para continuar seu bombardeio ao possível relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL). O grupo dos sete senadores, de oposição e independentes, já está trabalhando na estrutura dos trabalhos e na lista de possíveis convocados. O ex-ministro Pazuello pode ir até mais de uma vez. Primeiro, como testemunha, depois, como investigado. Em outra frente, parlamentares e embaixadores se reuniram para discutir a cúpula do clima. O cantor Caetano Veloso compareceu, como representante da sociedade civil, e deu um recado direto aos diplomatas dos Estados Unidos e países europeus: "Salles é o antiministro e este governo ataca a Amazônia."

Os dias estão intensos em Brasília nesta semana, com um feriado no meio e uma agenda lotada. A instalação da CPI se desdobra em várias reuniões e negociações sobre a ordem dos trabalhos e dos convocados. "Não temos tempo a perder", disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ele acha que tem que começar pelos ex-ministros da Saúde. Mas há na CPI quem defenda que se chame

## Os vários pontos de atrito em Brasília

primeiro os cientistas para mostrar, com dados, como chegamos até aqui e quais são os riscos. A convocação de Paulo Guedes é a dúvida do momento. O ex-ministro Pazuello pode ser convocado mais de uma vez, explicou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Ele pode falar primeiro como testemunha. Depois, com o andar da CPI, pode ser novamente convocado, mas como investigado.

Neste início de semana, em que ocorrerá a cúpula do clima, o procurador Lucas Furtado, do MP junto ao TCU, fez uma representação para que o tribunal reunisse junto à Casa Civil o afastamento do ministro Ricardo Salles. Essa seria uma medida cautelar até que o tribunal decidisse sobre várias representações já apresentadas mostrando os erros, desvios de função e políticas danosas ao meio ambiente

impostas pelo ministro.

Numa terceira frente o governo negociava o Orçamento. Ou melhor, era pressionado. Se adotasse a estratégia proposta pelos técnicos do Ministério da Economia, ficaria mais fraco no Congresso. A saída arquivada é vetar partes, preservar a maioria das emendas parlamentares e liberar despesas do controle do teto. Ou seja, está sendo feita uma operação no Frankenstein orçamentário de 2021, para preservar emendas, com medo de uma reação dos parlamentares em ambiente já tenso com a CPI. Ontem, em uma live da XP Investimentos, a ministra Flávia Arruda, da Secretaria de Governo, falou em R\$ 100 bilhões a mais fora da meta de primário. Depois, recuou e disse que não havia recebido as contas.

No próprio grupo de oposição mais os independentes há dúvi-

das. O senador escolhido para ser o presidente da CPI é definido por um senador como "imprevisível". Esse parlamentar diz que o grupo dos sete na verdade é seis mais um. Sobre o possível relator, Renan Calheiros, ontem foi dia de ataques da milícia digital contra ele. O argumento dos bolsonaristas de que ele seria suspeito por ser pai do governador de Alagoas é fácil de ser rebatido, segundo me disse um dos parlamentares. "A CPI desde o começo foi para investigar as origens, causas e omissões do governo que fizeram o país chegar onde está. O foco é esse", disse.

Ouvi também o senador Randolfe Rodrigues. Ele diz que não há razão para adiar o início dos trabalhos e afirma que o ataque contra Calheiros veio de endeço certo:

— O ataque vem das milícias bolsonaristas nas redes sociais

e é coordenado diretamente do gabinete do ódio por Carlos Bolsonaro. Eles querem atrasar para tentar desgastar ao máximo o senador Renan Calheiros.

Randolfe esteve em reunião com os embaixadores dos EUA, da União Europeia, Alemanha, Noruega e do Reino Unido para discutir a cúpula do clima e os acordos com o Brasil. Além dele, estavam o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) e o senador Jaques Wagner (PT-BA) e representantes da sociedade civil. No meio, Caetano Veloso.

— A reunião era para deixar claro que somos a favor de recursos para o Brasil, mas queremos acompanhar a aplicação desse dinheiro, e que o dinheiro pode ir também para estados e municípios. Mas quem falou de forma mais clara foi o Caetano. Ele definiu Salles como o antiministro do Meio Ambiente, lembrou que este governo é negacionista e tem o objetivo de devastar o meio ambiente — disse o senador.

Esses mesmos embaixadores se reuniram com autoridades do governo brasileiro. Uma dessas autoridades me disse que nunca viu Estados Unidos e Europa tão unidos numa questão como nesta cúpula do clima.

**ECONOMIA**

# Mercado vê inflação mais perto do teto da meta

**FOCUS** A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), neste ano, subiu de 4,85% para 4,92%. Esse foi o segundo aumento consecutivo na estimativa que consta do boletim Focus, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção do mercado para os principais indicadores econômicos. Para 2022, a estimativa de inflação subiu de 3,53% para 3,60%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão é 3,25%, mantida há várias semanas. A projeção para 2021 está acima do centro da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, mas permanece dentro do limite de tolerância. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é de 2,25% e o superior é de 5,25%. Para o mercado, a expectativa é que a Selic encerre 2021 em 5,25% ao ano, uma alta necessária para segurar a inflação. Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica chegue a 6% ao ano.

## Petrobras GENERAL ASSUME PRESIDÊNCIA

O general do Exército Joaquim Silva e Luna tomou posse ontem do cargo de presidente da Petrobras. Em seu discurso, afirmou que vai trabalhar para garantir o maior retorno possível ao capital empregado. **ALAN SANTOS / PR**



## INSS detalha como vai denunciar saque indevido à PF

**AUXÍLIO** O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) publicou no Diário Oficial da União de ontem portaria que estabelece fluxo de comunicação com a Polícia Federal (PF) ou Ministério Público Federal (MPF), caso sejam identificados saques indevidos em pagamentos feitos após o óbito de beneficiário. A portaria, que entrará em vigor no dia 3 de maio, detalha os dados necessários para a “adoção de medidas reacionadas à persecução penal” contra esse tipo de irregularidade. Os dados serão coletados, para fins de encaminhamento, tanto à PF como ao MPF. A portaria diz que a identificação da irregularidade abrange, além do pagamento indevido de benefício após o óbito do beneficiário, a confirmação do óbito, o pagamento e o saque indevido.

## VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA COMEÇA EM MAIO

**CAMPANHA NACIONAL** A primeira etapa da campanha nacional de vacinação contra a febre aftosa de 2021 começa no dia 1º de maio.

Nessa fase deverão ser vacinados bovinos e bubalinos de todas as idades, para a maioria dos estados brasileiros, conforme o calendário nacional de vacinação. Ao todo, espera-se imunizar cerca de 170 milhões de animais. A informação é do Canal Rural.

Dos 21 estados que realizam a imunização dos animais neste período, no Amazonas e em Mato Grosso participam apenas os municípios que ainda não suspenderam a vacinação, enquanto no Espírito Santo ocorrerá para bovinos e bubalinos com até 2 anos de idade. As vacinas devem ser adquiridas nas vendas autorizadas e mantidas entre 2 °C e 8 °C, desde a aquisição até o momento da utilização, incluindo o transporte e a aplicação, já na fazenda.

Devem ser usadas agulhas novas para aplicação da dose de 2 ml na tábua do pescoço de cada animal, preferindo as horas mais frescas do dia, para fazer a contenção adequada dos animais e a aplicação da vacina.

## Espera-se imunizar cerca de 170 milhões de animais

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉLIA RODRIGUES REVOGAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 003/2021)**  
A Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues, com base no Parecer Jurídico nº 7430/2021, torna público a REVOGAÇÃO do Lote II do Processo Licitatório Pregão Eletrônico Nº 003/2021, destinado à contratação de empresa para aquisição de papel ofício tipo A4, por Sistema de Registro de Preços, que tem por finalidade atender as demandas da prefeitura municipal e suas respectivas secretarias. Amélia Rodrigues, 16 de abril de 2021.  
**João Manoel Bahia Menezes – Prefeito.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE/BA AVISO DE REPUBLICAÇÃO PE Nº 001/2021**  
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados a fim de credenciar e analisar propostas, que fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO NÚMERO 001/2021, na forma ELETRÔNICA, tipo menor preço por item, para o fornecimento de medicamentos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, no Município de Saúde – BA. A realizar-se no dia 03 de Maio de 2021 às 09:00 horas, onde poderão ser retirados os editais, das 08:00 às 12:00 hs. ou através de solicitação no e-mail: licitacao@pmsaude.ba.gov.br. 19/04/2021. Francisco de Assis Lurdes de Souza- Pregoeiro Oficial.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE-XIQUE (BA)**  
AVISO DE LICITAÇÃO (TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021) - A CPL torna público a licitação, citada. Processo Administrativo: 124/2021. Menor Preço Global. Objeto: Prestação de serviços de perfuração e instalação de poços artesianos com construção de casas de bombas, para atender diversos povoados do município de Xique-Xique-BA. Sessão de Abertura: às 09:00min do dia 06/05/2021 e será realizada na sala de reuniões da CPL, na Prefeitura Municipal de Xique-Xique – Bahia, localizada na Praça Dom Máximo, nº 384 - Centro, Xique-Xique – BA. Mais informações através do Tel. (74) 3661-1298 das 08:00 horas às 12:00 horas. Os interessados poderão obter o Edital no diário oficial do município http://pmmxxique.ba.imprensaoficial.org/licitacoes-precos-cortivas/, mediante solicitação no e-mail licitacao@pmmxxique@gmail.com ou na Prefeitura Municipal de Xique-Xique – BA, na sala da Comissão Permanente de Licitação, das 08:00 horas às 12:00 horas. **Cácio Oliveira Dias - Presidente da Comissão de Licitação**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA (BA)**  
PRORROGAÇÃO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2021) LICITAÇÃO Nº 0167405 - O Município de Paratinga, através do seu Pregoeiro torna público que PRORROGA o Acionamento da Proposta de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico – nº. 012/2021. Objeto: Fornecedor de materiais gráficos para atender as demandas das Secretarias do Município. Acionamento das Propostas: dia 22 de abril de 2021. ÀS 09:00MIN. O edital está disponível no site www.paratinga.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br, demais informações poderão ser obtidas na sala da Comissão de Licitação localizada à situação na Rua Benjamin Constant, S/Nº - Centro - Paratinga-Bahia (EM CIMA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL), no horário das 09:00min às 12:00min. Informações através do tel: (77) 3664 - 2083 e do e-mail licitacao.paratinga.ba@gmail.com  
**Jefferson Brito Teles - Pregoeiro.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO AFONSO**  
AVISO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESA - Nº 001/2021. CREDENCIAMENTO Nº 001/21- PROC Nº: 1050/2021 Objeto: Credenciamento de empresa especializada em serviços de Patologia (Procedimentos Anatomopatológicos e Citopatológicos), para atender as demandas da secretaria municipal de saúde do município de Paulo Afonso. A Comissão Permanente de Licitação comunica aos interessados que, após análise detalhada dos documentos apresentados, considera a empresa SALUD – DIAGNÓSTICO LABORATORIAL S/LTDA, APTA a ser credenciada. Face ao exposto, fica aberto o prazo de recursos de 05 (cinco) dias úteis a partir desta data. Paulo Afonso-BA, 19/04/2021. Kelyanne Andrade Barros Brandão - (Presidente da Comissão de Licitação).

**RAVENALA S.A.**  
CNPJ/ME 06.160.233/0001-39  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/21, às 10h, na sede social localizada na R. Miguel Calmon, 398, 7º and/para, Comércio, Salvador/BA, para deliberar sobre I) **EM AGO:** (a) o relatório da administração, parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 2020; (b) destinação do resultado de 2020 da Cia.; e II) **EM AGE:** (a) remuneração dos Administradores. Salvador, 20/04/21. Diretoria.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDEÚBA**  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2021 A Pregoeira torna público aos interessados que se realizará licitação; Modalidade Pregão Eletrônico nº 6/21-PA 20/21, tipo menor preço global (lote único). Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, de serviços de Apoio Administrativo e Apoio de Serviços Gerais, a serem executados em Órgãos da Administração Pública Municipal de Condeúba. Recebimento das Propostas e Habilitação: 20.4.21 a 5.5.21 até as 8:30h. Abertura das Propostas: 5.5.21 às 8:30h. Disputa: 5.5.21 às 9h - horário de Brasília. Edital disponível em: Setor de Licitações Pq. Jovino Arsenão da Silva Filho, 53-A, Centro, Condeúba – BA, www.licitacoes-e.com.br/ID nº 85823 ou na integra no www.condeuba.ba.io.org.br. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial (www.condeuba.ba.io.org.br). Condeúba, BA – 20.4.21. Wanílsea Soares de Avelar do Nascimento. Pregoeira.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA**  
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2021 A Comissão Permanente de Licitação do Município de Serrrolândia – Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados a remarcação da licitação na modalidade Tomada de Preço nº 002/2021, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforma de móveis públicos para funcionamento das Secretarias de Agricultura e Esportes, Almoanexo Central, Sede da Guarda Municipal e Ponto de Apoio do Maracá, localizados na sede e no interior do município de Serrrolândia-BA, de acordo com Projeto Básico em Anexo I deste Edital, para as 09:00hs do dia 11 de maio de 2021. Conforme Lei Federal nº 8.666/93. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos, na sede da Prefeitura Municipal localizada na Praça Manoel Novaes, nº 89, ou pelo telefone: (74) 3631-2733. Serrrolândia – BA, 20 de abril de 2021. Lucivalda Santos Pinho Jordão. Presidente da COPEL.

### NITRIFLEX DO NORDESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

C.N.P.J. 16.060.394/0001-03

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (EM REAIS - R\$ MIL)

Relatório da Diretoria														
Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31/12/2018.														
Balanco Patrimonial	31/12/18		31/12/17		Balanco Patrimonial	31/12/18		31/12/17		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método indireto	31/12/18		31/12/17	
		2.628.090	5.151	2.616.246		3.617		332.888	416.575					(5.800.765)
<b>Ativo/Circulante</b>					<b>Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo e Descoberto)/Circulante</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Caixa e equivalentes de caixa					Fornecedores					Prejuízo líquido do exercício				
Outros créditos	1.822	1.534			Obrigações sociais	106.893	106.883			Amortização	5.651.304	5.651.305		
Despesas antecipadas	11.022	-			Impostos a recolher	198.473	293.382			Caixa operacional antes dos movimentos de capital de giro (Aumento)/redução dos ativos				
<b>Não Circulante</b>	93.008.680	98.640.484			Partes relacionadas	16.310	16.310			Ativos não circulantes antecipados			(11.310)	
Bens realizáveis à venda	102.973	102.973			<b>Não Circulante</b>					Ativos não circulantes			(19.500)	56.513.043
Partes relacionadas	47.660.219	47.660.219			Partes relacionadas	115.546.706	112.669.919			Aumento (redução) dos passivos				
Depósitos judiciais	8.608	-			Patrimônio Líquido Negativo	115.546.706	112.669.919			Fornecedores	11.022	(3.344)		
Investimentos	26.446	15.554			Capital social	17.484.106	17.484.106			Obrigações sociais	-	(5.106)		
Intangível	45.210.434	50.951.738			Prejuízo do exercício	(37.725.730)	(31.924.965)			Impostos a recolher	(94.909)	28.948		
<b>Total do Ativo</b>	<b>95.637.770</b>	<b>98.645.635</b>			Partes relacionadas					Passivos não circulantes	2.876.787	315.570		
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>31/12/18</b>	<b>31/12/17</b>			<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)</b>	<b>95.637.770</b>	<b>98.645.635</b>			Caixa gerado pelas atividades operacionais	2.612.629	56.512.670		
Receitas (despesas) operacionais: Gerais e administrativas (5.792.771) (5.915.153)					<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>					<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Despesas financeiras (7.994) (72.720)					Capital Social					Adições no intangível			(56.513.043)	
Receitas financeiras -					Prejuízos					Caixa gerado pelas atividades de investimento			(56.513.043)	
Prejuízo do exercício (5.800.765) (5.987.746)					<b>(Passivo a Descoberto)</b>	<b>Realizado</b>	<b>Acumulados</b>	<b>Total</b>		<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	2.612.629	(373)		
IRPJ						<b>17.484.106</b>	<b>(25.937.219)</b>	<b>(8.453.113)</b>		Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.617	3.990		
CSSL						-	(5.987.746)	(5.987.746)		Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	2.616.246	3.617		
Prejuízo líquido do exercício (5.800.765) (5.987.746)										<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	2.612.629	(373)		
Prejuízo por lote de mil ações do capital social ao final do exercício (7.10) (7.33)														

As demonstrações completas e o relatório dos auditores independentes estão disponíveis na sede da Controladora, sito à Avenida José Giorgio, 301, Galpão A2 - Bairro Granja Viana II - Cota/SP.

Jacques Sziekierski - Presidente; Antonia Gladys Nasello Sziekierski - Diretora  
Reginaldo Wilson Papetti Birolo - Contador - CRC TC 1SP 163.971/0-3

# Câmara derruba veto com impacto de R\$ 2,7 bi

**RECEITA FEDERAL** A Câmara derrubou um veto presidencial de 11 anos atrás, ainda do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que deve gerar uma despesa de R\$ 2,7 bilhões para a União neste ano ao permitir uma reestruturação de carreiras na Receita.

Foram 380 votos pela derrubada e 37 pela manutenção. O veto ainda precisa ser analisado pelos senadores, mas sua derrubada contou com apoio do líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Para ele, trata-se da correção de uma "injustiça".

O dispositivo transforma os cargos oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária, de nível médio, em cargos de analista tribu-

**● Para se ter uma ideia, o valor representa quase 10% do orçamento anual do Bolsa Família, de R\$ 32 bilhões**  
Tiago Mitraud  
Deputado federal

tário da Receita Federal. Na época, o Executivo vetou a proposta argumentando que haveria violação constitucional, porque nenhum desses servidores havia prestado concurso público para essa função. Além disso, os servidores passariam a receber nova remuneração, provocando aumento de despesa. Pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma medida como essa precisa ter compensação financeira.

De acordo com o deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), 1,8 mil funcionários terão direito a receber salários de até R\$ 18 mil. Além disso, eles poderão entrar na Justiça cobrando salários e bônus retroativos a 2009. "É um trem da alegria", afirmou. "Para se ter uma ideia, o valor representa quase 10% do orçamento anual do Bolsa Família, de R\$ 32 bilhões". Os parlamentares rejeita-

ram ainda diversos vetos a pontos do pacote anticrime (PL 10372/18), convertido na Lei 13.964/19, como o que considera válida legalmente, em matéria de defesa, a gravação ou escuta realizada por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

Ontem, votaram a matéria apenas os senadores, pois os deputados já haviam votado pela derrubada do veto na última sessão do Congresso (17 de março). Assim, as escutas realizadas pela polícia poderão ser feitas inclusive à noite e por meio de operação policial disfarçada, exceto na casa do suspeito, resguardada constitucionalmente. Outro ponto que foi restituído é o pagamento de advogado para policiais sob investigação pela morte de alguém sem confronto ou em legítima defesa no exercício de suas funções.

## LEDA NAGLE SE DESCULPA POR FAKE NEWS

**MAL INFORMADA** A jornalista Leda Nagle divulgou uma nota, ontem, pedindo desculpas por reproduzir uma postagem feita por uma conta falsa que "revelou" supostos planos do ex-presidente Lula para matar o presidente Jair Bolsonaro. No texto, a jornalista diz que repassou a informação em uma live de um grupo fechado, no qual ela comenta as notícias, e não houve tempo para conferir se a postagem era verdadeira ou não. Ao final, Leda lamentou e pediu desculpas.

## PANDEMIA

# 2,693

**bilhões de reais é o valor que será liberado pela Medida Provisória 1043/21. Os recursos serão usados para compra de medicamentos utilizados na intubação orotraqueal e também para custear 7.960 leitos de terapia intensiva no período de abril a junho deste ano**

## Supremo apura contradição sobre violação de tornozeleira

**DANIEL SILVEIRA** O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes cobrou, ontem, esclarecimentos sobre violações no monitoramento do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), que está em prisão domiciliar desde 14 de março. Moraes intimou a defesa do deputado e a Central de Monitoração Eletrônica da Seap (Secretaria da

Administração Penitenciária) do Rio para explicarem, em até 48h, se houve violação no uso da tornozeleira eletrônica.

Em 6 de abril, o ministro já havia solicitado as informações. Em despacho, Moraes afirmou que havia "aparente contradição" num relatório da Seap. O documento declara que Daniel Silveira "não cometeu viola-

ções" no período de 29 de março a 5 de abril, mas informa duas ocorrências: rompimento de cinta, em 31 de março e fim de bateria, em 4 de abril. O plenário do STF vai decidir, quinta-feira, se recebe a denúncia da PGR contra Silveira. O deputado é acusado de cometer agressões verbais e graves ameaças contra ministros do STF.



## O Correio é Informação e Saúde.

No dia **23/04, sexta-feira**, compre o Correio por **R\$ 2,50** e leve um copo para acompanhar o seu consumo diário de água.



Encha o seu copo 5 vezes e beba 2L de água por dia.

- Ajuda na concentração
- Melhora o humor
- Melhora o sistema imunológico
- Elimina as toxinas

Assinantes podem solicitar o copo através da Central de Atendimento a partir do dia 23/04. Ligue: (71) 3480-9140 (capital)

Os copos serão encartados apenas no dia 23 de abril e é de responsabilidade do cliente conferir, antes de comprar, se seu exemplar veio com o copo. Jornal sem copo R\$1,50. Os copos são exclusivos para as vendas realizadas nos pontos de vendas. Promoção válida enquanto durar o estoque e apenas para assinantes da capital.

© QUE A BAHIA QUER SABER  
**Correio**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA  
CNPJ N: 14.235.899/0001-36

**AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 020/2021**

O Pregoeiro realizará o PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 020/2021 - LICITAÇÃO Nº. 867/2020, objeto: contratação da prestação de serviços que utilize tecnologia ou cartão magnético com administração e controle (autogestão) da frota, com operação de sistema informatizado via internet, por meio de redes de estabelecimentos credenciados para serviços de manutenção preventiva e corretiva incluindo o fornecimento de peças, acessórios, serviços de mecânica geral, funilaria, pintura, eletricidade, ar condicionado, trocas de óleo e filtros, alinhamento de direção, balanceamento, reparos dos pneus, revisão geral, serviço de guincho e demais serviços necessários para a frota dos veículos e máquinas do Município de Valença-BA, através do Sistema de Registro de Preços. Data da sessão: 03/05/2021, às 09:00 horas. Julgamento: Menor Preço. Quando serão recebidas as propostas e documentos de habilitação, via sistema Banco do Brasil (licitação-e). O Edital e atos posteriores encontram-se no site eletrônico da Prefeitura [www.valenca.ba.gov.br](http://www.valenca.ba.gov.br) ou poderá ser adquirido via e-mail [licitacao@valenca.ba.gov.br](mailto:licitacao@valenca.ba.gov.br) ou na Travessa General Labatut, s/n, Centro, Valença-Bahia de segunda a sexta - feira, das 08:00 às 14:00. Informações por Telefone: (75)3641-8610. Valença-BA, 20/04/2021. Marcelo Herbert Rocha Pinheiro - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO RIO PRETO

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.065/2021** A Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto - BA, torna público, a Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2021 - Processo Administrativo nº 1.065/2021, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios, destinados a composição da cesta básica, para a Rede Municipal de Ensino, deste município de Formosa do Rio Preto/BA, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I, do Edital. Tipo menor preço/Lance Por Item. Data e horário do recebimento das propostas: Até as 08 horas do dia 03/05/2021. Data e horário do início da disputa: Dia 03/05/2021, às 10 horas. Disponibilização do edital e informações no Portal: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones (77) 3616-2112/2125. Formosa do Rio Preto - BA, 16 de abril de 2021. Manoel Afonso de Araújo Prefeito Municipal.

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.068/2021** A Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto - BA, torna público, a licitação modalidade Pregão Presencial nº 014/2021 - Processo Administrativo nº 1.066/2021, objetivando a contratação de empresa especializada em fornecimento de mão de obra para execução de serviços eventuais nas Secretarias deste Município. Tipo menor preço/lance global. Data da Sessão: 04 de maio de 2021, às 08:30h (horário local). Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Bahia, s/n, Centro, Formosa do Rio Preto-BA. O Edital poderá ser retirado no Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura, na Praça da Matriz, nº 22, Centro. Mais informações através do telefone/fax (77) 3616-2112/2125. Formosa do Rio Preto - BA, 16 de abril de 2021. Manoel Afonso de Araújo Prefeito Municipal.

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.067/2021** A Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto - BA, torna público, a licitação modalidade Pregão Presencial nº 015/2021 - Processo Administrativo nº 1.067/2021, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra terceirizada de profissionais de saúde, visando atender as necessidades do Município. Tipo menor preço/lance global. Data da Sessão: 05 de maio de 2021, às 08:30h (horário local). Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Bahia, s/n, Centro, Formosa do Rio Preto-BA. O Edital poderá ser retirado no Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura, na Praça da Matriz, nº 22, Centro. Mais informações através do telefone/fax (77) 3616-2112/2125. Formosa do Rio Preto - BA, 16 de abril de 2021. Manoel Afonso de Araújo Prefeito Municipal.

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.068/2021** A Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto - BA, torna público, a licitação modalidade Pregão Presencial nº 016/2021 - Processo Administrativo nº 1.068/2021, objetivando a aquisição de materiais de construção, elétricos, hidrossanitários, ferramentas elétricas, madeiras e estrutura metálica, para construções de pequeno porte, manutenção e reformas de prédios e vias públicas no Município de Formosa do Rio Preto, sob responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, Serviços Públicos e Saneamento. Tipo menor preço/lance por lote. Data da Sessão: 06 de maio de 2021, às 08:30h (horário local). Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Bahia, s/n, Centro, Formosa do Rio Preto-BA. O Edital poderá ser retirado no Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura, na Praça da Matriz, nº 22, Centro. Mais informações através do telefone/fax (77) 3616-2112/2125. Formosa do Rio Preto - BA, 16 de abril de 2021. Manoel Afonso de Araújo Prefeito Municipal.

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.069/2021** A Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto - BA, torna público, a licitação modalidade Pregão Presencial nº 017/2021 - Processo Administrativo nº 1.069/2021, objetivando a aquisição de gêneros alimentícios, destinados a composição da cesta básica, para atender as demandas da Secretaria de Assistência Social. Tipo menor preço/lance por lote. Data da Sessão: 07 de maio de 2021, às 08:30h (horário local). Local: Auditório da Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Bahia, s/n, Centro, Formosa do Rio Preto-BA. O Edital poderá ser retirado no Setor de Licitações, situado no Prédio da Prefeitura, na Praça da Matriz, nº 22, Centro. Mais informações através do telefone/fax (77) 3616-2112/2125. Formosa do Rio Preto - BA, 16 de abril de 2021. Manoel Afonso de Araújo Prefeito Municipal.



---

BRASIL MAIS DIGITAL

**R\$ 1 BI**

é o valor aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar projetos que melhorem a digitalização e a conectividade no Brasil. Os recursos poderão ser acessados por União, estados e municípios, assim como pequenas empresas.

---

# Governo e Congresso chegam a acordo

**Pacto** para resolver o impasse prevê liberação de R\$ 125 bilhões fora do teto de gastos

**Das Agências**

REPORTAGEM  
redacao@correio24horas.com.br

O Congresso aprovou ontem projeto de lei para resolver o impasse que envolve o Orçamento de 2021. O projeto foi votado após acordo com o governo. As emendas parlamentares foram preservadas. A manobra pode elevar a mais de R\$ 125 bilhões as despesas de combate à pandemia fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das contas à inflação. Deputados e senadores pressionaram para manter emendas e os seus R\$ 16,5 bilhões foram preservados.

O avanço das negociações veio na esteira de uma série de embates entre o governo Bolsonaro e o Congresso em torno da sanção do Orçamento de 2021 e da demora no relançamento dos programas emergenciais contra os efeitos danosos da pandemia.

"Ao final, quem tinha que ter tranquilidade conseguiu negociar para atender às necessidades orçamentárias e políticas do momento", disse o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL). Lira reclamou das críticas feitas ao Orçamento e destacou que cabe ao governo propor soluções que atendam às demandas acordadas durante a votação.

Anteontem, o deputado federal e ex-presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o orçamento não deveria ser aprovado por 'estar falido'. Lira e Maia, ontem, trocaram farpas pelo Twitter, quando o primeiro postou que o comando da Câmara teve de ser trocado para o Orçamento de 2021 ser aprovado e o segundo respondeu chamando o atual presidente da Câmara de 'humorista'.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Em uma das frentes do acordo, o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB), incluiu em um projeto que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) uma emenda apresentada pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) que autoriza descontar da meta fiscal os gastos extraordiná-

rios na saúde e com programas de crédito a micro e pequenas empresas (Pronampe) e de redução de jornada e salário ou suspensão de contratos de trabalhadores (BEm).

A meta hoje permite déficit de R\$ 247,1 bilhões e poderia estourar com o lançamento dessas medidas. Já no caso do teto, essas despesas já ficam de fora por serem bancadas via créditos extraordinários.

O projeto não prevê limites de valor, o que técnicos da área econômica viram como risco de "cheque em branco", justamente o que o ministro da Economia, Paulo Guedes, queria evitar ao propor uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para "carimbar" os recursos.

No entanto, Efraim disse que a previsão é destinar R\$ 10 bilhões ao BEm, R\$ 10 bilhões ao Pronampe e R\$ 20 bilhões para a saúde. Os valores são maiores que os divulgados pelo Ministério da Economia, que informou prever R\$ 10 bilhões para o programa de emprego e R\$ 5 bilhões para o de crédito às microempresas.

O governo já tem hoje uma autorização para descontar do teto e da meta R\$ 44 bilhões com o auxílio emergencial. E o Executivo abriu três créditos extraordinários, de R\$ 10,9 bilhões, em favor do Ministério da Saúde.

Há ainda as despesas herdadas do ano passado com aquisição de vacinas, infraestrutura turística (para um dos setores mais afetados) e resíduos do auxílio emergencial e do programa de emprego de 2020, cuja previsão está em pelo menos R\$ 30,9 bilhões, segundo dados do Painel de Monitoramento do Tesouro. Com isso, a fatura prevista de gastos contra a covid-19 em 2021 pode alcançar R\$ 125,8 bilhões.

**DRIBLE**

Técnicos da área de orçamen-



“As críticas são injustas e oportunistas, cabendo ao governo propor soluções que atendam às demandas acordadas durante a votação, respeitando todos os limites legais”  
**Arthur Lira**

Presidente da Câmara dos Deputados

to têm criticado a saída encontrada pelo Congresso, uma vez que "dribla" regras fiscais e retoma práticas de governos petistas, que abatem da meta fiscal os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para tentar amenizar as preocupações com a situação das contas públicas. Além disso, o texto não elimina o temor dos técnicos em assinar e avalizar a abertura de créditos com valores tão vultosos sem dispositivo específico na Constituição.

No mesmo projeto, Efraim Filho incluiu um dispositivo que permite ao governo bloquear por decreto despesas discricionárias (que incluem custeio e investimentos) para recompor despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários, seguro-desemprego e subsídios, que ficaram maquiadas em R\$ 21,3 bilhões, segundo parecer de técnicos da Câmara com base em dados do Ministério da Economia.

Durante a votação do Orçamento, o relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), reduziu R\$ 29 bilhões em despesas do Executivo e direcionou para emendas de relator, contemplando congressistas e ministérios do próprio governo. Após a aprovação, a equipe econômica passou a reclamar nos bastidores de que o acordo havia sido apenas para R\$ 16,5 bilhões em emendas e passou a defender o veto parcial, o que levou a um desgaste de Guedes e sua equipe junto ao Congresso.

O texto do Orçamento de 2021 ficou parado no Congresso Nacional ao longo de todo o ano passado, por conta do agravamento da pandemia e das disputas políticas. A versão final só foi votada em 25 de março último e, desde então, aguardava a sanção ou os vetos do presidente Jair Bolsonaro.

**247,1** bilhões de reais é o déficit permitido com a aprovação do projeto de ontem

**16,5** bilhões de reais em emendas parlamentares foram preservados no projeto aprovado

**20** bilhões de reais devem ser destinados à Saúde

## Folga no teto de gastos pode gerar nova disputa em 2022

A disputa entre governo federal e Congresso pelos recursos do Orçamento pode se repetir em 2022, ano eleitoral. Estimativas da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado Federal, apontam uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos no próximo ano, devido a despesas superestimadas no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado ao Congresso na semana passada.

O ideal, no entanto, é não encarar essa possível folga como um espaço fiscal para promover um aumento de despesas. A IFI argumenta que o cenário fiscal permanecerá delicado. A relação entre dívida pública e PIB tende a continuar crescendo, assim como o rombo das contas públicas seguirá elevado.

"Se houver necessidade de gastos no âmbito das respostas à Covid-19, por outro la-

do, isso (aumento de despesas) precisará ser feito de maneira planejada e transparente. O risco é a pulverização desse espaço fiscal em despesas pouco relacionadas à recuperação da economia", alerta o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado ontem.

**MECANISMO**

O teto de gastos é um mecanismo criado em 2016 para conter o avanço das despe-

sas do governo, que fica limitado ao avanço da inflação no período. Como há uma forte pressão inflacionária durante a pandemia, motivada principalmente pela elevação dos preços de alimentos, a situação para 2022 é mais confortável porque esse limitador dos gastos estará num patamar mais elevado.

Não é a situação que ocorre neste ano, em que o conjunto de gastos públicos

obrigatórios já é alto e o reajuste para limite das despesas não foi elevado.

"O cumprimento do teto de gastos vai exigir do governo o corte de despesas discricionárias, as quais já se encontram em níveis bastante reduzidos, o que mantém o risco de paralisação da máquina pública ou de um conjunto de políticas públicas essenciais em curto ou médio prazo", explicita o texto sobre a situação de 2021.

# Raio Laser

## Meio ambiente

Os governadores do Nordeste entregarão uma carta ao embaixador dos EUA no Brasil, Todd Chapman, em que apresentam compromissos de preservação do meio ambiente. O documento será entregue nesta quinta-feira, assinado pelo Consórcio Nordeste. Entre os compromissos estão a garantia de manutenção da cobertura vegetal atual da Mata Atlântica e caatinga nos estados, e também do cerrado baiano e da Amazônia maranhense; ampliar os programas para o desenvolvimento da agricultura de baixo carbono; avançar na ampliação do uso de energias renováveis, com foco nas matrizes eólica e solar; efetivar mecanismos para o Pagamento por Serviços Ambientais e monetização dos ativos verdes; entre outros. O Consórcio Nordeste é presidido por Wellington Dias.



**Wellington Dias**

## Equilíbrio

O procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu a busca do equilíbrio expresso na Constituição Federal para unir o setor produtivo, o consumidor e o meio ambiente para que seja criado ambiente de segurança jurídica para se garantir, de forma sustentável, os investimentos do agronegócio no Brasil. A fala do PGR ocorreu na manhã de ontem, na abertura do Fórum Brasileiro do Agronegócio, evento online que conta com a participação de produtores rurais de todo o país.



**Augusto Aras**

## Segurança

"Quando se fala em negócios e investimento, dentro e fora do país, sempre se fala em segurança jurídica. A resposta pode estar na busca pelo equilíbrio dado pela Constituição, que une o setor produtivo e os consumidores, associado ao meio ambiente. Tudo com sustentabilidade para gerar qualidade de vida e bem-estar para todos", afirmou Augusto Aras.

# Tribuna

## PAULO ROBERTO SAMPAIO



### O exemplo que a Bahia e o Nordeste dão ao país no combate à pandemia

**N**essa guerra contra o terrível coronavírus, que caminha para enlutar 400 mil lares brasileiros, não há o que comemorar. É uma guerra onde só contamos cadáveres, choramos pela perda de parentes e amigos queridos, pelo vazio que deixam sem o direito sequer de uma despedida digna.

Mas se precisamos de um estímulo para seguirmos nessa dura batalha há, em meio a tantos números desanimadores, um do qual podemos nos orgulhar: o Nordeste é a região do país com menor número de óbitos por 100 mil habitantes, puxando para baixo a média nacional.

Assim, nesse trágico 2021, de recordes e mais recordes negativos, o sofrido Nordeste dá um exemplo ao Brasil, através de seus governantes e seu povo, cumprindo à risca o que manda a ciência para enfrentar esse vírus, ao menos enquanto a vacina não chega para todos.

Este ano, a taxa de mortalidade na região está em 49 por 100 mil habitantes, 37% menor do que a média nacional no mesmo período, que chega a 78 por 100 mil habitantes. E menos que a metade na rica região Sul, líder no índice, onde o número chega a 109 por 100 mil.

E o que explica esses números...

Vale voltar no tempo para entender melhor. Em março de 2020, quando a pandemia começou a se alastrar no país, o Nordeste lançou um comitê científico

para ajudar os governos a tomarem medidas de prevenção contra a Covid-19.

Lançaram campanhas em massa alertando sobre a necessidade de distanciamento, uso de máscara e álcool em gel. O governador Rui Costa foi um dos guerreiros nessa batalha, mesmo enfrentando a indiferença e o descaso com a pandemia por algumas autoridades federais. A região também foi a primeira a ter uma metrópole a realizar um lockdown - no caso, São Luís.

Um orgulho partilhado por todos os estados da região mais pobre do país, de menor nível cultural em sua imensa zona rural, mas que foi levada pelos seus governantes a seguir o que recomenda a ciência. "O Nordeste hoje é quem puxa a mortalidade do Brasil para baixo", diz André Longo, secretário de Saúde de Pernambuco e vice-presidente do Nordeste do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde).

Mas a Bahia escreve um capítulo à parte nessa batalha. Aqui, governador e prefeitos, em especial da capital, deram as mãos deixando de lado divergências políticas, e os secretários de saúde, Fábio Vilas Boas, do Estado, e Léo Prates, do Município, se tornaram mais que parceiros.

E os resultados estão aí. Enquanto o Brasil contabiliza uma média nacional de 174 óbitos por 100 mil habitantes, a Bahia contabiliza 114 mortes por cada 100 mil baianos, segunda menor média do Brasil, menor inclusive

que a do Nordeste que cravou 134 vidas perdidas por 100 mil habitantes, até esse fim de semana. Em números gerais, segundo os dados oficiais do Ministério da Saúde, a região registrou até a sexta-feira 76 mil dos 365 mil óbitos - o equivalente a 21%.

Não há o que comemorar, até porque, com suas carências por demais sabidas, o Nordeste vem fazendo mais do

que pode, mas sem a menor dúvida os méritos pela heróica resistência empreendida até aqui pela região devem ser partilhados pelos governadores, prefeitos, secretários de saúde e, acima de tudo, os profissionais de saúde, a grande maioria trabalhando sem férias e até folgas, para ajudar a salvar vidas.

Mas a Bahia e Salvador, como referência, seguem no topo de todas as avaliações. Praticamente já não há fila para regulação por um leito de UTI, o serviço público de saúde foi considerado modelo em termos de atendimento e cumprimento do que recomenda a ciência, com destaque para o isolamento social, com fechamento do comércio e outras atividades durante todo o mês de março, procedimento que virou referência no país citado como iniciativa bem-sucedida, ressaltada no último boletim da Fiocruz.

Um reconhecimento que transpôs fronteiras e hoje vem de longe. A revista científica The Lancet, considerada referência no segmento no mundo na área médica, uma espécie de bíblia nesses tempos de pandemia e busca por vacinas e procedimentos, afirmou que o Nordeste é o melhor exemplo de medidas restritivas com sucesso no país, mesmo sendo uma área com grande vulnerabilidade social.

**Paulo Roberto Sampaio** é diretor de Redação da Tribuna e escreve neste espaço às terças-feiras.

# Tribuna

## Aras defende segurança jurídica em prol do agronegócio

REDAÇÃO

O procurador-geral da República, Augusto Aras, defendeu a busca do equilíbrio expresso na Constituição Federal para unir o setor produtivo, o consumidor e o meio ambiente para que seja criado ambiente de segurança jurídica para se garantir, de forma sustentável, os investimentos do agronegócio no Brasil. A fala do PGR ocorreu na manhã de ontem, na abertura do Fórum Brasileiro do Agronegócio, evento online que conta com a participação de produtores rurais de todo o país. "Quando se fala em negócios e investimento, dentro e fora do país, sempre se fala em segurança jurídica. A resposta pode estar na busca pelo equilíbrio dado pela Constituição, que une o setor produtivo e os consumidores, associado ao meio ambiente. Tudo com sustentabilidade para gerar qualidade de vida e bem-estar para todos".

Augusto Aras lembrou que o artigo 170 da Carta Magna, que trata da ordem econômica e financeira inclui, entre seus princípios, a defesa do meio ambiente e a redução das desigualdades sociais e regionais, assim como a defesa da livre concorrência no mercado e da livre iniciativa, do direito de propriedade e da sua função social e do direito do consumidor. Frisou que o impacto socioambiental das atividades econômicas, corroborado pelo artigo 225 da

CF trata do meio ambiente equilibrado como fator essencial para a qualidade de vida da população. Por isso, ele salientou que esses princípios devem ser considerados em qualquer atividade econômica do país.

Como há muitos conflitos que acabam chegando à Justiça, o PGR salientou a importância de se buscar, sempre que possível, a autocomposição, a mediação, a conciliação e a arbitragem de maneira que seja encontrada solução com bons resultados para a sociedade, para o Estado, para os produtores e consumidores.

"Enfim, saudável para o ambiente de negócios em todas as áreas em que o desenvolvimento sustentável socioeconômico e ambiental andem de mãos dadas para que a economia nacional esteja em permanente crescimento". Ele citou o exemplo do acordo com indígenas do Acre, da tribo Ashaninka fechado em sua gestão frente à PGR. A disputa entre indígenas e ruralistas durou cerca de 30 anos.

**AAutorregulação** – Por meio da Câmara do Consumidor e Ordem Econômica (3CCR), Augusto Aras disse aos produtores rurais que o Ministério Público incentiva a autorregulação. Ele informou que a 3CCR promove estudos no sentido da autorregulação no agronegócio relacionada ao setor algodoeiro mas também a outras atividades agrárias.

## Acordo vai manter R\$ 16,5 bi em emendas no Orçamento

O GLOBO

Para destravar o Orçamento de 2021, governo e Congresso chegaram a um entendimento para manter na proposta os R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares que haviam sido acordados antes da votação do texto.

O plano é sancionar a proposta com vetos parciais até quinta-feira e, depois, enviar um projeto de lei ao Legislativo para recompor os recursos indicados por congressistas, além de R\$ 20 bilhões em gastos obrigatórios.

A manutenção desse valor em emendas está definida — como vinha defendendo o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

O ponto central para que a negociação seja sacramentada será a aprovação ainda nesta semana de uma proposta para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano.

O texto, que foi enviado pelo governo para viabilizar a reedição de programas emergenciais contra a pandemia, foi alterado para facilitar o remanejamento de recursos, conforme relatório ao qual o GLOBO teve acesso.

Segundo uma fonte envolvida nas discussões, a aprovação dessa medida permitirá que o governo bloqueie R\$ 9 bilhões em despesas livres (não-obrigatórias) por meio de decreto. A

sanção desse texto está prevista para quarta-feira, um dia antes da assinatura do Orçamento.

A possibilidade de bloquear gastos por decreto será importante para compor a matemática necessária para que a previsão de gastos obrigatórios não seja subestimada.

O corte nessas projeções foi o mecanismo pelo qual parlamentares acabaram inflando o valor para emendas, o que tornaria o texto inexecutável, na avaliação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Com a aprovação dessa regra, o governo também consegue uma brecha legal para reeditar programas emergenciais sem precisar decretar Estado de Calamidade Pública, uma vitória para Guedes.

Após esse acordo fechado, o Executivo liberará os R\$ 16,5 bilhões em emendas parlamentares para 2021 — em uma vitória para a área política.

Ao mesmo tempo, o presidente Jair Bolsonaro encaminhará outro projeto para recompor R\$ 20 bilhões em despesas obrigatórias, corrigindo assim as falhas apontadas por técnicos no texto aprovado pelo Congresso.

O Congresso aprovou um Orçamento com cerca de R\$ 30 bilhões em emendas extras, chamadas de emendas de relator, dos quais apenas R\$ 16,5 bilhões foram acordadas com a equipe econômica do governo.

# Tribuna



## Pré-privatização

Quem bolou esse balanço da Eletrobrás divulgado ontem nos jornais do País foi inteligente. Houve anúncios com dados positivos. Conotou uma propaganda bem feita pela equipe econômica de Paulo Guedes para oferecer a empresa no mercado. O BTG, banco co-fundado por

Guedes, está de olho na geração e distribuição de energia do País.

## Em tempo..

.. A Eletrobrás é superavitária, teve lucro líquido de R\$ 2,6 bilhões ano passado, e tem R\$ 27 bilhões em ativos. Privatizar para quê?, perguntam de outro lado os funcionários.

## R\$ 100 mi!

Um manifesto unindo indústria e defensores do meio ambiente e do consumidor pede ao presidente da Câmara, Arthur Lira, que aprove a emenda e libere o acesso da indústria a US\$ 100 milhões da ONU, a fundo perdido (isso mesmo, doado), para atualização tecnológica. O Brasil corre o risco de perder competitividade.

# Tribuna

## Crise: Barroquinha e Baixa dos Sapateiros pedem por socorro

YURI ABREU  
REPORTER

**S** inônimo de pujança e preços de produtos mais em conta à população de menor poder aquisitivo, até o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, a região da Barroquinha e da Baixa dos Sapateiros vem, pelo menos nos últimos 25 anos, sofrendo com um processo de esquecimento por parte do poder público, o que tem feito com que compradores em potencial deixem de frequentar o local e – muito também em parte pelo fortalecimento do comércio de bairro –, por consequência, cada vez mais lojistas tenham de fechar as suas portas.

Se em seus momentos mais áureos a região chegou a contar com pelo menos 600 lojas abertas, agora, agravada ainda mais com a crise provocada pela pande-

mia de covid-19, menos de 200 estabelecimentos ainda tentam resistir às dificuldades e manter as portas abertas, ainda que sejam poucas as pessoas que circulam pelo local. Se há algum tempo o espaço na calçada era disputado, o cenário hoje é outro. Se antes os ônibus chegavam cheios de compradores, agora eles passam praticamente vazios.

De acordo com Rui Barbosa, vice-presidente da Associação dos Lojistas da Barroquinha e da Baixa dos Sapateiros (Albasa), muito desse triste cenário de agora se deve ao fato de o poder público ter retirado as diversas linhas de ônibus que chegavam até o local para dar prioridade a estação de Metrô da Lapa, que está localizada a poucos metros do Terminal do Barroquinha – a distância entre os dois locais é de cerca de 700 m. “Esse desvio não tinha porque ser feito. Hoje a Lapa está saturada, enquanto a região aqui

sofre. Estamos a poucos metros da Avenida Sete e da Avenida Joana Angélica, a pé”, afirmou.

Ainda segundo ele, a Prefeitura teria tomado uma decisão equivocada ao liberar o funcionamento do comércio de rua da região, entre terça-feira e sábado, como forma de evitar uma ainda maior aglomeração dos ônibus na capital baiana. “Essa decisão nos prejudicou demais. Os bancos só funcionam aqui de segunda a sexta-feira. Então, porque não liberar a abertura das lojas nos mesmos dias? Não dá para entender. Os prejuízos continuam, estamos com o caixa vazio, mas temos de seguir pagando os aluguéis e os impostos, ainda que não tenhamos qualquer ressarcimento por parte do Governo e Prefeitura. Assim não temos como sobreviver”, afirmou Rui Barbosa.

Para ele, a expectativa de uma melhoria, em curto



### COMÉRCIO

A pandemia agravou a crise com o fechamento de muitas lojas na localidade

e médio prazos, são as reformas que estão sendo promovidas pela prefeitura de Salvador na requalificação dos Terminais da Barroquinha e do Aquidabã, que podem fazer com que parte das linhas de ônibus até então desativadas para a região, possam novamente circular no local, atraindo por sua vez os potenciais compradores que buscam os baixos preços praticados.

Iniciadas em agosto do ano passado pela gestão municipal, as obras de requalificação do Terminal da Barroquinha, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Públicas (Seinfra), tem como objetivo, justamente, atender o apelo dos comerciantes para ampliar o fluxo de pessoas na região da Barroquinha e da Rua J. J. Seabra, popularmente conhecida como Baixa dos Sapateiros.

As melhorias do terminal envolvem a reorganização das paradas de ônibus, nova pavimentação em concreto, iluminação em LED e implantação de uma praça com academia de ginástica, quadra poliesportiva e espaço infantil. O local terá, ainda, ordenamento do comércio informal paisagismo. O investimento na requalifica-

ção do local será de cerca de R\$ 5,5 milhões. Além dele, o Terminal do Aquidabã também está passando por intervenções.

“Nossa expectativa é a de que essas reformas, incluindo a realocação das linhas de ônibus, façam com que a Baixa dos Sapateiros volte a ter um pouco mais de destaque. Atualmente, no entanto, nossa preocupação está com o fechamento das lojas e a perda dos empregos. Sabemos que, a cada funcionário que fica desempregado, a família a qual depende dele também fica desassistida”, pontuou Rui Barbosa.

Foto: Romildo de Jesus

Veículo: Gov Bahia	
Data: 19/04/2021	



## Governadores do Nordeste divulgam compromissos em defesa do meio ambiente

19 abril 2021

O governador Rui Costa e os demais governadores do Nordeste divulgaram uma [carta](#), nesta segunda-feira (19), em que defendem “a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental baseado na descarbonização da economia, conservação dos recursos e ambientes naturais e na adaptação às mudanças do clima”. O documento será entregue à Cúpula de Líderes sobre o Clima, no próximo dia 21.

Em nome do Consórcio Nordeste, os governadores lembram também que “o Brasil é signatário de acordos e convenções internacionais ligadas à biodiversidade e ao clima” e se comprometem a “adotar estratégias integradas e, por meio de soluções conjuntas, buscar alternativas de financiamento e parcerias”.

A carta lista ainda 11 compromissos da região Nordeste com a questão climática e a proteção do meio ambiente, a exemplo da manutenção da cobertura vegetal atual da Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado baiano e Amazônia maranhense e da ampliação do uso de energias renováveis, com foco nas matrizes eólica e solar.

Por fim, os governadores afirmam que estão em andamento as discussões para a criação do Fundo Ambiental do Nordeste e a viabilização do programa Plantando Resiliência Climática em Comunidades do Semiárido Nordestino e de estratégias de Monetização de Ativos Ambientais.

Além de Rui Costa e do presidente do Consórcio Nordeste e governador do Piauí, Wellington Dias, assinam a carta os governadores Renan Filho (Alagoas), João Azevêdo (Paraíba), Paulo Câmara (Pernambuco), Camilo Santana (Ceará), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Flávio Dino (Maranhão) e Belivaldo Chagas (Sergipe).



Veículo: Bahia.BA	
Data: 20.04.2021	Caderno: Economia

# Profissionais de educação da Bahia começam a receber primeira dose da vacina

## "Passo importante para a volta às aulas presenciais", diz secretário

Redação



Foto: Betto Jr./SecomPMS

Profissionais da Educação a partir dos 55 anos e na ativa começaram a receber a primeira dose da vacina contra o Coronavírus nesta segunda-feira. A iniciativa faz parte da decisão do Governo do Estado para garantir a prioridade da imunização dos educadores e trabalhadores da Educação na Bahia. O cronograma para a aplicação das vacinas é divulgado pelos municípios, de acordo com o recebimento de novas remessas dos imunizantes.

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, ressaltou o compromisso em priorizar os profissionais da Educação. “Sabemos da luta do governo do Estado para a aquisição das vacinas e imunizar o povo baiano. Apesar dos atrasos no envio pelo governo federal, a decisão do Estado em priorizar a vacinação dos profissionais da Educação das redes estadual, municipais e privada, da Educação Básica e do Ensino Superior, é um passo importante para a volta às aulas presenciais. E daremos todo o suporte, por meio dos Núcleos Territoriais de Educação (NTE), em parceria com as secretarias municipais de Educação e Saúde, para que este processo ocorra com o maior êxito possível”.

Neste domingo (18), o Governo publicou um decreto no Diário Oficial que permite o [retorno de atividades letivas nas unidades de ensino públicas e particulares, de maneira semipresencial](#), em cidades em que a

taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) se mantenha, por cinco dias consecutivos, igual ou inferior a 75%.

Segundo o decreto, a realização das atividades letivas semipresenciais fica condicionada à ocupação máxima de 50% da capacidade de cada sala de aula e ao atendimento dos protocolos sanitários estabelecidos. No restante do estado, continuam suspensas, até 26 de abril, as aulas presenciais nas unidades de ensino, públicas e particulares.

Os municípios onde as aulas e eventos serão permitidos: Caém, Caldeirão Grande, Capim Grosso, Jacobina, Mairi, Miguel Calmon, Mirangaba, Morro do Chapéu, Ouroândia, Piritiba, Quixabeira, São José do Jacuípe, Saúde, Serrolândia, Tapiramutá, Umburanas, Várzea da Roça, Várzea do Poço e Várzea Nova.

Veículo: Bocão News	
Data: 20/04/21	



## CORONAVÍRUS

# **Até março, Governo não havia repassado nenhuma verba para estados e municípios combaterem a Covid-19 em 2021**



20 de Abril de 2021 às 08:01 Por:

*Carolina Antunes/PR Por: Redação BNews*

**Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que será analisado pela CPI da Covid, apontou que o Governo Federal não havia repassado nenhuma verba para estados e municípios neste ano, até o mês de março, para o combate à pandemia.**

**O documento constata que o governo Bolsonaro não separou nenhum dinheiro para atenuar os efeitos da nova e maior onda de infecção do novo coronavírus em 2021.**

**De acordo com o TCU, "não constam dotações para as despesas de combate à pandemia" na lei orçamentária de 2021 preparada pelo governo. As informações são do UOL.**

**Para o Ministério da Saúde, o orçamento destinado foi de R\$ 20,05 bilhões, só que somente para as despesas com a vacinação dos brasileiros, o valor estimado é de R\$ 19,9 bilhões. Ou seja, só restaria R\$ 150 mil para todo o resto dos gastos com a saúde.**

**"O Ministério da Saúde dispõe de R\$ 20,05 bilhões para aplicação direta [em 2021], porém, R\$ 19,9 bilhões estão reservados para despesas relativas à vacinação da população [...] Tal situação mostra-se preocupante, ainda mais nesse cenário de recrudescimento da contaminação e mortalidade", relata o documento.**

**Com um atraso histórico, o Orçamento 2021 foi aprovado pelo Congresso somente no fim de março.**

**Nesta segunda-feira (19), um projeto que libera R\$ 9 bi extras para a União neste ano para o pagamento de despesas obrigatórias, dá margem para que o presidente Jair Bolsonaro sancione a lei do Orçamento 2021, cujo prazo se encerra nesta quinta-feira (22).**

Veículo: G1	
Data: 19/04/21	



## Orçamento 2021: governo deve vetar R\$ 10,5 bilhões em emendas de relator, diz Flávia Arruda

Impasse no orçamento 'caminha' para solução com veto parcial, informou ministra da Secretaria de Governo. Congresso subestimou gastos obrigatórios deste ano para inflar emendas. Por Gustavo Garcia, G1 — Brasília

19/04/2021 18h08 Atualizado há 16 horas

A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, afirmou nesta segunda-feira (19) que o governo "caminha" para um veto parcial na proposta do **Orçamento 2021 aprovada pelo Congresso**. O corte deve atingir R\$ 10,5 bilhões nas emendas de relator.

A estratégia informada pela ministra segue o que **havia sugerido, em março, o próprio relator** do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC). O **G1** mostrou naquele momento que, segundo a equipe econômica do governo, **R\$ 10 bilhões não são suficientes para resolver o nó orçamentário**.

- **Entenda a polêmica em torno do Orçamento 2021**

Flávia Arruda comentou o plano do governo durante conferência promovida por uma consultoria de investimentos. Segundo a ministra, o governo também tenta fazer cortes em despesas obrigatórias (como salários e transferências) e discricionárias (como despesas de custeio e investimentos).

"A gente está caminhando para um veto parcial, mantendo algumas emendas de relator, mas também fazendo um corte nas despesas obrigatórias, discricionárias [não obrigatórias]. E ajeitando tudo isso para fazer o melhor orçamento, o mais responsável, o que é importante para o país neste momento, sem deixar de lado o enfrentamento à Covid", disse a ministra.

"Caminhando para um veto parcial, um veto de R\$ 10,5 bilhões de emendas de relator", completou.

O presidente **Jair Bolsonaro tem até a próxima quinta-feira (22) para sancionar o Orçamento 2021**. O texto vem sofrendo críticas de especialistas e até da equipe econômica do governo por destinar menos verbas que o necessário para custear as despesas obrigatórias, como salários e benefícios da previdência.

## **Conflito por emendas**

Ao aprovar o Orçamento 2021 em março, o Congresso transferiu R\$ 26,45 bilhões previstos para despesas obrigatórias para reforçar as emendas parlamentares, gastos indicados por deputados e senadores a serem utilizados em programas e obras nas suas bases eleitorais. Segundo o Tesouro, isso foi feito "sem justificativa técnica robusta".

Com o corte na casa dos R\$ 10 bilhões, sugerido por Bittar e citado por Flávia Arruda, seriam mantidos cerca de R\$ 16 bilhões em emendas de relator adicionais.

A cifra já tinha sido adiantada pelo **blog da jornalista do G1 e da GloboNews Ana Flor, nesta segunda**. Segundo o post, a saída encontrada pelo Executivo poderá afetar o funcionamento da máquina pública e serviços prestados pelo governo.

A equipe econômica terá a necessidade de bloquear e reduzir gastos não obrigatórios para lidar com o que estará previsto na Lei Orçamentária Anual.

## **Gastos fora da meta fiscal**

Flávia Arruda também comentou o projeto em análise pelo Congresso que exclui, da meta fiscal deste ano, gastos extraordinários para combate à Covid-19.

Atualmente, a **previsão de déficit** – sem a contabilização desses gastos extraordinários – está em R\$ **247,1 bilhões**.

A proposta discutida por deputados e senadores abriria caminho para a volta de programas de acesso a crédito e de redução de jornadas e salários ou suspensão de contrato de trabalhadores, o chamado BEm. No debate transmitido pela internet, Flávia Arruda chegou a dizer que o texto poderia liberar gastos na ordem de R\$ 100 bilhões – mas, depois, voltou atrás e disse que não tinha informações sobre valores.

A equipe econômica projeta despesas com esses programas em um patamar menor, algo entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões. Embora não sejam contabilizadas na meta fiscal, essas despesas aumentam o endividamento do governo.

## **CPI da Covid**

A ministra também foi questionada sobre a CPI da Covid, criada pelo Senado para apurar ações e omissões do governo federal na pandemia, bem como para fiscalizar a utilização de recursos federais por estados e municípios.

Flávia Arruda disse que a criação de uma CPI é um direito do parlamento, mas questionou o momento do início dos trabalhos, em meio ao auge da pandemia da Covid no Brasil.

“Absolutamente legítimo, mas eu só pessoalmente me pergunto se o momento seria exatamente esse? Pelo momento do pico da pandemia que a gente está vivendo. Colocar os nossos esforços em pareceres, em documentos de ministros, de secretários... Mas estamos nos preparando e

absolutamente à disposição da comissão parlamentar para todas as informações necessárias”, afirmou.

Ela acrescentou que é necessário união entre o governo e o Congresso e que o país precisa criar “protocolos nacionais de abordagem, de atendimento, para que a gente consiga minimizar os danos sanitários e a quantidade de vidas [perdidas]”.



Veículo: G1	
Data: 19/04/21	



## Orçamento 2022: órgão do Senado vê R\$ 38,9 bilhões de espaço para gastos, mas pede austeridade

Segundo a IFI, PLDO 2022, enviado pelo governo ao Congresso na semana passada, traz dispositivo para evitar revisão de gasto obrigatório, motivo de tensão no Orçamento deste ano.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

19/04/2021 14h00 Atualizado há 19 horas

A Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado Federal, estimou nesta segunda-feira (19) que haverá um espaço de R\$ 38,9 bilhões em 2022 para novos gastos, que poderiam ser direcionados para despesas não obrigatórias (investimentos ou emendas parlamentares).

O cálculo está no Relatório de Acompanhamento Fiscal do órgão relativo ao mês de abril.

No documento, a IFI explica que o governo estimou, no projeto da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do próximo ano**, que as despesas estarão no limite do teto de gastos — mecanismo que limita o crescimento dos gastos à variação da inflação do ano anterior.

Por conta disso, o Ministério da Economia está prevendo, no relatório, **gastos ainda restritos em 2022 e cortes em emendas parlamentares**. De acordo com os cálculos da IFI, entretanto, as despesas previdenciárias estariam superestimadas pela equipe econômica em R\$ 21,1 bilhões em 2022. Além disso, o órgão também viu discrepâncias em estimativas do governo para gastos com pessoal, BPC, abono salarial e seguro desemprego, entre outras.

A lógica é que, se as estimativas do governo fossem refeitas para baixo, seria aberto um espaço de R\$ 38,9 bilhões para novas despesas, que poderiam ser usados pelo governo ou pelos parlamentares (por meio da indicação de emendas em um ano eleitoral).

## **Polêmica sobre orçamento 2021**

Neste ano, os parlamentares revisaram para baixo gastos obrigatórios e inflaram suas emendas, **gerando insegurança jurídica para a sanção do Orçamento** de 2021.

Se o orçamento for sancionado da forma como está, analistas avaliam que haveria um **forte bloqueio de gastos livres, inviabilizando serviços para a população e o funcionamento da máquina pública**. Nas últimas semanas, governo e Congresso vêm tentando chegar a um acordo.

A IFI relembra as dificuldades em torno da peça orçamentária deste ano, e avalia que "explicitar folga no teto no PLDO 2022 poderia ensejar pressão por gastos" no ano que vem.

Segundo o órgão, a disputa por recursos em 2021, no processo orçamentário, se deu em cima de um espaço fiscal inexistente (pois foram revisados para baixo gastos obrigatórios, que não podem ser cancelados). No próximo ano, entretanto, há esse espaço disponível para novas despesas.

## **Austeridade**

Apesar de identificar essa folga para novas despesas no próximo ano, a IFI prega austeridade, ou seja, defende que os recursos não devem ser gastos.

Essa estratégia contribuiria para evitar um aumento maior da dívida pública, que **bateu recorde ao somar 90% do PIB em fevereiro deste ano**, patamar elevado para nações emergentes como o Brasil.

"A folga fiscal no teto de gastos não avaliza aumento de despesas, dado contexto fiscal desafiador. Ocorre que o déficit público ainda será elevado, no ano que vem, e a dívida continuará em trajetória de alta. Pelas nossas contas, a dívida bruta do governo geral deverá atingir 92,7% do PIB, em 2021, e 93,5% em 2022", informou.

No cenário atual, diz o órgão, o superávit primário (receitas maiores do que despesas, sem contar os juros da dívida) do governo só retornaria após 2030 e a dívida deverá atingir 100% do PIB entre 2027 e 2028.

Para o próximo ano, o **governo estimou um rombo fiscal de R\$ 170 bilhões**. Será o nono ano seguido de déficit fiscal.

"É um quadro que não avalizaria aumentos de gastos que não fossem estritamente necessários, como os relacionados ao combate à Covid-19, uma vez que o déficit e a dívida estarão altos", acrescentou.

## **Dispositivo para gastos obrigatórios**

No projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, a IFI observou que o governo também incluiu um dispositivo para tentar travar a revisão de gastos obrigatórios pelos parlamentares, que está no cerne de tensões sobre o orçamento de 2021, ainda não sancionado.

Essa inovação, avalia o órgão, provavelmente tenta "blindar" o orçamento do próximo ano da repetição do ocorrido em 2021, isto é, a revisão de estimativas de gastos obrigatórios ao longo da tramitação da peça orçamentária no legislativo para aumentar as emendas parlamentares. O texto do PLDO 2022, enviado pelo Ministério da Economia, diz que os gastos obrigatórios somente poderão ter a sua projeção alterada pelo Congresso Nacional "se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, cuja justificativa para alteração contenha manifestação da área técnica responsável pela projeção, que poderá ser ratificada pelo Ministro da Economia por meio de parecer de órgão ou entidade de competência técnica responsável pela projeção no âmbito do Poder Executivo federal".

A IFI avalia que a inovação, porém, não resolverá o problema das revisões nas estimativas do Orçamento. "O dispositivo, de maneira isolada, não impedirá a realização de mudanças nessas previsões. Será preciso restabelecer o sistema de freios e contrapesos entre as áreas técnicas e políticas do Legislativo e do Executivo, como sempre aconteceu, ao menos desde 1989. Ainda, o PLDO será apreciado pelo Congresso Nacional e poderá sofrer modificações", concluiu.

## mercado

# Governo e Congresso manobram para manter emendas e resolver Orçamento

Acordo tira da meta fiscal programa de corte de jornada e salários, Pronampe e gastos com saúde

Danielle Brant, Renato Machado e Bernardo Caram

BRASÍLIA Em uma manobra para atender à pressão de parlamentares, governo e Congresso fecharam um acordo nesta segunda-feira (19) para aprovar um projeto de lei que busca resolver o impasse do Orçamento deste ano.

O texto retira da meta fiscal o programa de corte de jornada e salários, o Pronampe e gastos emergenciais com saúde, além de facilitar o corte de verbas de ministérios.

No total, o governo pode ser autorizado a deixar quase R\$ 100 bilhões fora da meta fiscal deste ano —esses recursos também não serão contabilizados no teto de gastos.

A expectativa é que a medida ajude a abrir espaço para acomodar as emendas parlamentares acatadas pelo relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), na construção de seu parecer.

O texto do projeto de lei do Congresso Nacional foi originalmente enviado pelo governo para retirar a exigência de compensação para criar programas temporários neste ano. Em acordo entre líderes, a medida foi incrementada com outros dispositivos.

O projeto foi aprovado na noite desta segunda e vai para sanção presidencial.

O relator do projeto, deputado Efraim Filho (DEM-PB), acatou emenda do senador Rogério Carvalho (PT-

SE) que retira da meta de resultado primário os créditos extraordinários voltados às despesas com ações e serviços públicos de saúde, desde que identificadas em categoria de enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Também ficam excluídos da meta os gastos com o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

Essas ações, liberadas por meio de crédito extraordinário, já estariam fora do teto de gastos, regra que limita as despesas do governo à variação da inflação. No entanto, elas ainda contariam na meta —compromisso feito pelo governo para evitar crescimento da dívida pública que corresponde à diferença entre receitas e despesas primárias, exceto gasto com juros.

A meta fiscal estabelecida para este ano é de déficit de R\$ 247 bilhões. Com o acordo, o número fica inalterado e as contas do governo são separadas em duas. O Orçamento tradicional segue com as normas fiscais, enquanto os gastos com a pandemia ficarão fora do teto e da meta.

Segundo o Ministério da Economia, o programa de emprego e o Pronampe estão em processo de finalização e terão custo de R\$ 15 bilhões. Segundo a pasta, as duas ações, que já vigoraram em 2020, serão

relançadas após a aprovação dessa flexibilização orçamentária pelo Congresso.

Até o momento, o governo já havia autorizado o R\$ 44 bilhões fora do teto de gastos e da meta fiscal. Com o acordo, outras verbas ficarão livres de cumprir essas regras —cerca de R\$ 40 bilhões já liberados para ações emergenciais e, agora, mais R\$ 15 bilhões com os dois novos programas.

Com isso, o valor isento de cumprimento das regras fiscais se aproxima de R\$ 100 bilhões. O montante poderá aumentar ao longo do ano se o governo editar novas medidas emergenciais ou liberar mais recursos para a saúde.

Em outro dispositivo elaborado para resolver o impasse sobre o Orçamento, o governo terá maior liberdade para remanejar recursos, sem a necessidade de validação do Congresso para fazer certas movimentações de verba.

Ele poderá, por exemplo, cortar por decreto despesas discricionárias —aquelas voltadas ao custeio da máquina pública e investimentos —para recompor gastos obrigatórios, como aposentadorias e outros benefícios.

A medida é considerada necessária porque o Orçamento deste ano está com despesas obrigatórias subestimadas. A equipe econômica vinha defendendo a necessidade de recomposição dessas rubricas. Caso contrário, o presidente Jair Bolsonaro estaria sujeito

a cometer crime de responsabilidade e ficaria vulnerável a um processo de impeachment.

"Vamos conseguir fazer um bloqueio de R\$ 9 bilhões em despesas discricionárias por parte do governo para fazer a compensação em despesas obrigatórias", disse. "Assim, dá um resultado na meta fiscal para a adoção e reedição de medidas protetivas para o empregador e para o emprego".

Segundo líderes do Congresso, após a aprovação da medida, Bolsonaro poderá sancionar o Orçamento deste ano com R\$ 16,5 bilhões em emendas do relator, cedendo à pressão de parlamentares, respeitando acordo feito entre governo e Legislativo.

Naleitura do diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, Felipe Salto, o acordo do presidente não ser suficiente para resolver as contas do Orçamento. Para ele, além do corte de R\$ 9 bilhões em ministérios, o governo terá que contingenciar mais recursos das pastas ao longo do ano para respeitar o teto de gastos, o que pode dificultar o funcionamento da máquina.

A avaliação de Salto é que a redação do projeto deixa uma brecha para que o governo corte inclusive as emendas do relator se ficar comprovado que não haverá espaço para cumprir a regra fiscal neste ano.

"O governo vai ainda precisar contingenciar mais. E, a meu ver, poderá fazê-lo nas

## Gastos emergenciais fora de regras fiscais

**Valores já liberados até o momento ou oficialmente anunciados:**

- Auxílio emergencial: **R\$ 44,9 bilhões**
- Compra de vacinas: **R\$ 22,3 bilhões**
- Gastos com Ministério da Saúde e outras pastas: **R\$ 11,7 bilhões**
- Programa de Manutenção do Emprego: **R\$ 14,5 bilhões**
- Pronampe: **R\$ 5 bilhões**

**Qual a causa o problema?** Orçamento foi aprovado turbinando emendas parlamentares em R\$ 29 bi e subestimando despesas obrigatórias

**Qual o impasse?** Parlamentares pressionavam pela manutenção de ao menos R\$ 16,5 bi em emendas do relator. Equipe econômica quer corte maior para recompor gastos obrigatórios

**Qual a solução?** Para destravar ações emergenciais de enfrentamento à pandemia, projeto retira da meta fiscal gastos com programas de crédito e emprego, além de despesas com saúde. Governo ainda terá maior liberdade para cortar via decreto presidencial, gastos de custeio e investimento com o objetivo de recompor despesas obrigatórias

**Quem ganha?** Manobra resolveu parcialmente problemas para os dois lados da disputa. Guedes foi atendido ao retirar gastos emergenciais das regras fiscais e ganhar mais liberdade para cortar verbas de ministérios. Parlamentares foram atendidos com ao menos R\$ 16,5 bi em emendas

**Problema resolvido?** Especialistas dizem que não. A avaliação é que, ainda faltará espaço no Orçamento. Por isso, o governo poderá ter de fazer novos contingenciamentos, o que põe em risco o funcionamento da máquina pública

emendas de relator geral, por que o dispositivo do projeto diz que as alterações orçamentárias devem se sujeitar ao teto de gastos", afirmou.

Para ele, a saída para solucionar os problemas no Orçamento não foi a melhor.

"Perde-se transparência ao lançar mão desse subterfúgio de abater despesas da meta de primário. O recomendável é que a meta de primário fosse alterada, neste caso, já que se estão contratando gastos novos", disse.

Em rede social, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), ex-presidente da Câmara, criticou a manobra. "Vamos ver se eu entendi. Essa emenda coloca fora do teto o Programa do Bem e o Pronampe, de cerca de R\$ 16 bilhões, para poder sancionar a emenda de relator de 16 bilhões", disse. "É ou não é um orçamento criativo?"

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), defendeu as mudanças feitas pelo relator. "O governo assume, de público, o compromisso com as mudanças efetuadas".

O Orçamento foi aprovado pelo Congresso com menos verba que o necessário em despesas obrigatórias, para dar espaço às emendas, e com riscos de pedladas nos mesmos moldes da usada como base para derrubar Dilma Rousseff.

Por isso, Bolsonaro estava em meio a um impasse. Ou sancionava o Orçamento e corria risco de acusação por crime de responsabilidade ou vetava ao menos parcialmente o trecho que desagrava ao Congresso.

O impasse fez crescer relatos de insatisfação do ministro Paulo Guedes (Economia) no Congresso e na ala política do governo. A equipe econômica acredita que o ministro está sendo alvo de "fogo amigo", principalmente por causa da articulação de Onyx Lorenzoni (Secretaria-Geral da Presidência) e Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) para desgastá-lo.

Após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), pautar uma versão alternativa dos programas emergenciais, de autoria do senador Esperidião Amin (PP-SC), o acerto de Guedes, então, encaminhava proposta de alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, agora aprovada pelos deputados federais.

Na manhã desta segunda, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pressionou pela aprovação do projeto. Em rede social, Lira, líder do centro, atribuiu a demora na votação do Orçamento às "dificuldades criadas pela gestão do meu antecessor [Maia] e os seus compromissos políticos".

As declarações foram rebatidas por Maia, que afirmou que Lira "virou humorista". "Aliás, defender a sanção do Orçamento de 2021 só pode ser uma piada".



O presidente da Câmara, Arthur Lira, Paulo Guedes e presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Ueslei Marcolino - 23.lev.21/Reuters

## Acordo combina vetos a cortes em programas de ministérios

Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA A solução que vem sendo costurada entre Congresso e Executivo para desfrutar o Orçamento de 2021 prevê uma combinação entre vetos a emendas parlamentares e recursos de programas de ministérios, além de um esforço do governo para enxugar ao máximo os gastos com o funcionamento da máquina pública.

Assim, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) indica para uma decisão de vetar parcialmente o Orçamento aprovado pelo Congresso, como defesa do ministro Paulo Guedes (Economia).

O Legislativo, por sua vez, também obteve vitórias na negociação, pois o veto às emendas desejado pela equipe econômica foi enxugado nas negociações. Emendas são recursos direcionados por deputados e senadores a proje-

tos de suas bases eleitorais.

Para cumprir regras orçamentárias, o governo tem que cortar cerca de R\$ 30 bilhões em relação ao que foi aprovado pelo Congresso, em março. Esse valor precisa ser destinado a despesas obrigatórias, como aposentadorias e pensões, que estão com valor abaixo do patamar mínimo para 2021.

A ideia é que R\$ 20 bilhões sejam conseguidos por meio de vetos: R\$ 10,5 bilhões de corte em emendas e R\$ 9,5 bilhões de uma tesourada em outras áreas do Orçamento, como programas e ações previstas para ministérios.

Portanto, a estratégia dos vetos parciais tem como alvo projetos carimbados pelos congressistas e verba que estaria nas mãos de ministros de Bolsonaro. A lista de quem perde recursos ainda será levantada pelo governo.

Além disso, ainda será necessário, de acordo com as ne-

gociações, bloquear R\$ 9 bilhões do Orçamento. Isso significa que o governo só liberará os recursos se houver dinheiro ao longo do ano.

Nesse bloqueio, a verba não sairá de imediato para cobrir o buraco nas despesas obrigatórias.

Parte dos recursos bloqueados deverá ser de despesas para o funcionamento de serviços públicos. São as despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo. Outra parte deve ser composta de emendas parlamentares.

Portanto, esses R\$ 9 bilhões serão alvo de constante monitoramento para saber onde serão aplicados.

Apesar da solução negociada para o Orçamento, membros do Ministério da Econo-

mia dizem que precisarão fazer um esforço para que a máquina pública funcione com a verba prevista até o fim do ano, pois deverá ficar abaixo dos R\$ 70 bilhões —patamar considerado mínimo.

Bolsonaro tem até o dia 22 para sancionar o Orçamento. O principal motivo de embate entre Guedes e o Congresso foi o valor das emendas parlamentares, principalmente as do relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Lira quer garantir ao menos os R\$ 16,5 bilhões adicionais combinados com Guedes em março. O presidente da Câmara chegou a avisar o Planalto sobre o risco de derrotas em caso de descumprimento desse acordo prévio.

Como o ajuste no montante das emendas deve ficar abaixo do desejado por Guedes, a equipe econômica também prevê um corte nas despesas discricionárias. O acordo prevê o cumpri-

mento de algumas etapas para ser concretizado. Primeiro, o congresso deve aprovar o projeto que flexibiliza a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Em seguida, caberá a Bolsonaro sancionar com veto parcial o Orçamento deste ano. Por fim, o governo deve enviar um novo projeto ao Congresso para fazer os remanejamentos finais nas contas.

"Vamos conseguir fazer um bloqueio de R\$ 9 bilhões em despesas discricionárias por parte do governo para fazer a compensação em despesas obrigatórias", explicou o deputado Efraim Filho (DEM-PB).

Naleitura do diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, Felipe Salto, o acordo do presidente não ser suficiente para resolver as contas do Orçamento. Para ele, além do corte de R\$ 9 bilhões em ministérios, o governo ainda terá que contingenciar mais recursos das pastas ao longo do ano pa-

ra respeitar o teto de gastos, o que pode dificultar o funcionamento da máquina.

A avaliação de Salto é que a redação do projeto deixa uma brecha para que o governo corte inclusive as emendas do relator se ficar comprovado que não haverá espaço para cumprir a regra fiscal neste ano.

"O governo vai ainda precisar contingenciar mais. E, a meu ver, poderá fazê-lo nas emendas de relator geral, por que o dispositivo do projeto diz que as alterações orçamentárias devem se sujeitar ao teto de gastos", afirmou.

Para ele, a saída encontrada para solucionar os problemas no Orçamento não foi a melhor.

"Perde-se transparência ao lançar mão desse subterfúgio de abater despesas da meta de primário. O recomendável é que a meta de primário fosse alterada, neste caso, já que se estão contratando gastos novos", disse.

## mercado

## PAINEL S.A.

Joana Cunha  
paineisa@grupofolha.com.br

## Agulha

Como as empresas vão se posicionar em relação à obrigatoriedade da vacina? O questionamento começa a ser colocado na pauta das reuniões do setor privado diante do avanço da imunização de trabalhadores. A área jurídica das empresas já estuda como reagir em casos de funcionários que se recusam a tomar a vacina. Um dos mercados de olho no assunto é o de ensino particular, porque os professores acima de 47 anos começaram a receber o imunizante neste mês.

**CATRACA** Mais um setor que começou a olhar o assunto com lupa é dos terceirizados do sistema de transporte, porque São Paulo já anunciou a imunização de trabalhadores do Metrô e da CPTM a partir de 11 de maio, incluindo funcionários da operação como limpeza, seguranças e técnicos de manutenção acima de 47 anos.

**ANTICORPOS** Além das categorias prioritárias, a questão entra na pauta dos setores em geral, conforme vai sendo superada a vacinação das idades mais avançadas e em grande parte dos aposentados. A partir de quarta (21), SP começa a imunização entre 65 e 66 anos.

**LUTO** O diretor de desenvolvimento industrial da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Carlos Eduardo Abijaodi, morreu nesta segunda-feira (19) com Covid-19 aos 75 anos. Ele estava internado com a doença em Belo Horizonte desde o dia 13 de março.

**HISTÓRIA** Abijaodi recebeu o diagnóstico do coronavírus em 9 de março e deu entrada no hospital três dias depois. Ele era diretor da CNI desde dezembro de 2010, e atuou nas áreas de comércio exterior, integração internacional e de políticas industrial, econômica e tributária. Deixa esposa, dois filhos e três netos.

**FRONTEIRA** Segundo a confederação, Abijaodi foi responsável por reativar a discussão sobre abertura comercial e livre comércio na indústria e participou dos debates do acordo Mercosul-União Europeia.

**CONTROLE** George Sherman, presidente da GameStop, vai deixar o cargo até dia 31 de julho, anunciou a rede de lojas de vídeo games nesta segunda-feira (19). A troca pode acontecer antes, se a empresa definir o sucessor até lá.

**FASE** O executivo assumiu a presidência em abril de 2019. Em janeiro deste ano, a GameStop chacoalhou o mercado financeiro quando um grupo de investidores em fóruns de internet fez disparar os papéis da empresa. Baseada em um negócio antigo de lojas físicas, a rede deve tocar projeto de transformação digital.

**APETITE** Com o início da chamada fase de transição, que liberou o funcionamento do comércio em São Paulo no final de semana, a Abrasel (associação de restaurantes) enviou uma carta ao governador João Dória pedindo que seus estabelecimentos também possam reabrir imediatamente. Pela regra atual, a retomada do setor começa a partir de sábado (24).

**MARGUERITA** A entidade também critica o horário determinado para o funcionamento, das 11h às 19h. Afirma que prejudica a operação de pizzarias que trabalham à noite. Para o presidente da Abrasel-SP Percival Maricato, o ideal seria abrir das 12h às 15h e das 19h às 22h.

**FACA** A carta também pede liberação para atender até 40% da capacidade total dos estabelecimentos, e não 25%, conforme determinado pelo governo. "A maioria dos restaurantes não vai abrir, porque tem mais prejuízo do que lucro com 25%", diz Maricato. Procurado pela coluna, o governo de SP diz que mantém diálogo com a Abrasel e que o Centro de Contingência do Coronavírus vai avaliar os pedidos.

**LADEIRA** As vendas do varejo em março, período mais rigoroso das restrições ao funcionamento, atingiram novos recordes de queda, segundo indicadores da Boa Vista. No mês passado, as vendas caíram mais de 46% ante fevereiro. Foi a maior queda mensal desde abril de 2020, o primeiro mês inteiro na pandemia.

**SACOLA** No primeiro trimestre as vendas recuaram 12,5% ante igual período do ano passado, maior recuo anual em um primeiro trimestre na série histórica iniciada em 2010.

**CARRINHO** Supermercados do país estão em busca de doações para converter em cartões de R\$ 100 que serão oferecidos para famílias em vulnerabilidade fazerem compras em suas lojas. A iniciativa contribui para os esforços de combate à fome na pandemia e estimula as vendas do setor. O dinheiro pode ser doado por pessoas físicas ou jurídicas, segundo a Abras (associação de supermercados).

com Mariana Grazini e Andressa Motter

## INDICADORES



# Governo regulamenta calamidade pública, mas resiste a decretá-la

Depois de articular PEC Emergencial, Guedes atua para não adotar medida, sob a justificativa de que abriria margem para alta de gastos

Bernardo Caram e Thiago Resende

**BRASÍLIA** Depois de articular e aprovar uma regulamentação do estado de calamidade pública, sob a justificativa de que ação seria necessária em momentos de crise aguda, o ministro Paulo Guedes (Economia) agora atua para que a medida não seja adotada neste ano.

A pandemia da Covid-19 bateu recordes em 2021 e se mostra mais grave que no ano passado. Apenas em abril o governo começou a relançar parte das medidas adotadas em 2020 para combater os efeitos da crise do coronavírus. Muitas ainda seguem travadas.

Em acordo firmado nesta segunda (19), Guedes deu mais um passo para evitar a calamidade. Governo e Congresso concordaram em retirar da meta fiscal os programas de emprego e crédito, além dos gastos emergenciais com saúde.

Assim como defende o ministro, a medida vai flexibilizar o Orçamento apenas para despesas específicas de enfrentamento à pandemia, sem fazer uma abertura total para gastos. Desde outubro, o governo planejava inserir na Constituição um dispositivo permanente para permitir uma flexibilização do Orçamento em casos de emergência fiscal.

O Ministério da Economia, então, desenhou esse dispositivo na PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, aprovado em março pelo Congresso. O argumento é que o país precisava ter um protocolo claro de enfrentamento de adversidades graves e generalizadas, o que é o caso da pandemia.

No entanto, após a medida entrar em vigor, Guedes resiste a adotar o protocolo criado por sua própria equipe em um momento que especialistas consideram o pior da pandemia.

De um lado, ele consegue colocar em prática o plano de postergar medidas que representem despesas adicionais aos cofres públicos. De outro, o desgaste do titular da pasta da Economia perante o Congresso se ampliou. As críticas são pelo atraso no socorro à população mais vulnerável e a empresários.

O ministro quer evitar uma

forte ampliação de gastos como no ano passado. Por isso, vem adotando manobras que já são classificadas como "contabilidade criativa".

Depois de aprovar a emenda Emergencial apenas com liberação para gastos com o auxílio, a pasta elaborou outras propostas legislativas para que mais medidas emergenciais fiquem fora da limitação do teto de gastos, como o programa que permite o corte de jornada e salários de trabalhadores da iniciativa privada.

No fim do ano passado, entre novembro e dezembro, membros do Ministério da Economia diziam que já trabalhavam com a possibilidade de prorrogar o estado de calamidade e o Orçamento de guerra caso ocorra uma segunda onda da Covid-19.

Para evitar um novo período de calamidade, Guedes vem articulando diferentes estratégias.

Ele queria um Orçamento em 2021 sem medidas extraordinárias para combater a crise da Covid-19. Depois foi pressionado politicamente e passou a reconhecer a necessidade de uma nova rodada do auxílio emergencial. Mas pediu contrapartidas.

A liberação do auxílio entrou no texto da PEC Emergencial, que oficializou o protocolo de crise, dando diretrizes para decretar calamidade.

No caso de calamidade pública, as amarras do Orçamento seriam afrouxadas, ao mesmo tempo que gatilhos de ajuste fiscal, como congelamento de salários, seriam acionados.

Como esses gatilhos já estão ativos até o fim deste ano, a decretação da calamidade neste momento apenas liberaria novos gastos, sem contrapartidas. É esse o cenário que Guedes tenta evitar.

O texto da PEC autorizou um gasto de R\$ 41 bilhões fora das regras fiscais, sem a decretação da calamidade, para bancar o auxílio emergencial.

Em 2020, não houve um limite pré-autorizado para as despesas com auxílio emergencial, que em um valor mais alto foi prorrogado até dezembro. Isso resultou numa despesa próxima de R\$ 300 bilhões.

Sem margem no Orçamento, o time de Guedes passou a considerar fazer novas liberações de recursos para progra-

mas específicos fora do teto de gastos, novamente sem a necessidade de decretar a calamidade.

No momento, as principais ações travadas por falta de recursos são o Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), que concede empréstimos de baixo custo com garantia do governo, e o Bem (Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego), pago a trabalhadores com jornada e salário cortados ou contrato suspenso. As ações poderão ser destravadas após o acordo anunciado nesta semana pelo governo.

Há pressão de empresários, principalmente em função do atraso no Bem, em discussão desde janeiro e que chegou a ser prometido para março.

"Essa segunda onda da Covid-19 que milhares de varejistas fecharam as portas, porque não podem trabalhar. Muitas empresas não aguentam o que está acontecendo. Mesmo com a flexibilização em abril, há estados com medidas bastante restritivas", disse o presidente do IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo), Marcelo Silva.

Como o Orçamento deste ano não está aprovado, a antecipação do 13º de aposentados também não foi anunciada. A medida já foi prometida por Guedes e não tem efeito adicional nas contas públicas.

O argumento do ministro ao rejeitar a calamidade é que seria um cheque em branco para uma expansão do gasto público, o que poderia minar a credibilidade do país, provocando elevação de juros, inflação e desemprego.

O economista Raul Veloso, especialista em contas públicas, diz que a atitude do governo de regulamentar a calamidade e depois evitar decretá-la é uma incoerência. Para ele, o governo deveria articular o Orçamento de guerra e a calamidade para enfrentar a pandemia de maneira efetiva neste ano.

"Não tem problema gastar mais, principalmente em uma pandemia. Você tem que gastar o que for necessário para tirar a população da desgraça. Tem que ter um mecanismo de excepcionalidade que permita não deixar as pessoas morrendo na rua, que não deixe de ter dinheiro para a saúde."

“Não tem problema gastar mais, principalmente em uma pandemia. Você tem que gastar o que for necessário para tirar a população da desgraça. Tem que ter um mecanismo de excepcionalidade que permita não deixar as pessoas morrendo na rua, que não deixe de ter dinheiro para a saúde.”

Raul Veloso economista especialista em contas públicas

## Folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos pode deflagrar nova disputa por Orçamento em 2022

Eduardo Cucolo

**SÃO PAULO** A disputa entre governo e Congresso pelos recursos do Orçamento pode se repetir em 2022, ano eleitoral. Estimativas da IFL (Instituição Fiscal Independente), órgão do Senado, apontam uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos no próximo ano, devido a despesas superestimadas no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviado ao Congresso na semana passada.

O número representa a diferença entre as projeções da instituição e as apresentadas pelo governo no projeto e foram divulgadas nesta segunda (19) no relatório mensal de avaliação fiscal da IFL.

O PLDO traz projeção de despesas sujeitas ao teto exa-

tamente iguais ao limite do teto, que considera o valor de 2021 corrigido pela inflação acumulada em 12 meses até junho deste ano.

As divergências incluem projeções para gastos com Previdência (de pelo menos R\$ 15,6 bilhões), despesas não obrigatórias, de pessoal e de benefícios como BPC, abono salarial e seguro-desemprego. No caso da Previdência, o governo prevê a correção dos benefícios por uma inflação mais alta que a projetada pela IFL.

Segundo a IFL, em 2022 as projeções mais pessimistas do governo, de aumento de 7% nas despesas com benefícios previdenciários, não se confirmaram. O dado final foi de cerca de 6%, em linha com a projeção da instituição. No relatório, a instituição

afirma que o cenário mais conservador do governo também pode refletir o objetivo de evitar uma discussão sobre a divisão dessa folga no teto.

"É um quadro que não autorizaria aumentos de gastos que não fossem estritamente necessários, como os relacionados ao combate à Covid-19, uma vez que o déficit e a dívida estarão altos", afirma a instituição.

Em relação ao Orçamento de 2021, aprovado pelo Congresso, a IFL afirmou que a versão final possui despesas que superam o limite do teto de gastos em R\$ 31,9 bilhões. Isso ocorreu porque as despesas obrigatórias, como Previdência, foram estimadas para baixo pelo Congresso para abrir espaço para emendas parlamentares.

“O QUE É O TETO DE GASTOS? Regra constitucional que limita por 20 anos o crescimento dos gastos do governo federal à variação da inflação”

## Opinião do GLOBO

# Solução para Orçamento não afasta riscos

*Compromisso aventado pelo governo fica aquém do necessário para garantir funcionamento da máquina*

**C**hegamos à semana crítica na novela do Orçamento. Pelas informações disponíveis, o presidente Jair Bolsonaro pretende, até quinta-feira, vetar trechos da peça inexecutível e ilegal aprovada no Congresso. O veto parcial é uma tentativa de conciliar a necessidade de manter o Orçamento dentro da lei e as demandas vorazes dos parlamentares, que não abrem mão de recursos para pavimentar o caminho das eleições de 2022. Mesmo que traga os números para perto da realidade, a solução de compromisso não dará conta das deficiências.

O texto aprovado pelo Parlamento é tão absurdo que não acerta nem os valores do salário mínimo e da inflação, usados para corrigir despesas obrigatórias como benefícios da Previdência. Fora esse buraco de R\$ 17 bilhões, o relator subestimou em R\$ 26 bilhões as despesas obrigatórias para abrir espaço a R\$ 32 bilhões em emendas para as bases eleitorais dos parlamentares. Parte do rombo foi compensada pelo adiamento do abono salarial. Na negociação, os parlamentares aceitaram reduzir as emendas a R\$ 16,5 bilhões, mas não cedem nem um centavo a mais.

Resta, de acordo com cálculos dos economistas, um buraco que pode variar de R\$ 6 bilhões a R\$ 25 bilhões.

A saída do governo para tapá-lo é obter do Congresso autorização para, ao longo do ano, realocar dotações via decreto, cancelando gastos se houver necessidade de dinheiro para despesas obrigatórias. Para cortar o mínimo possível de emendas, deflagrou-se uma caça, de resultado ainda incerto, a rubricas de despesas não obrigatórias (“discricionárias”). Outra intenção do governo é aprovar uma lei que exclua as despesas com saúde na pandemia do teto de gastos. Somadas as despesas já aprovadas fora do teto, o total poderia chegar a R\$ 125 bilhões (metade do déficit primário previsto para este ano).

Qualquer que seja a solução adotada para acomodar as demandas — e a criatividade corria solta ontem no Congresso —, as emendas prometidas aos parlamentares manterão pressão sobre os gastos obrigatórios. O mais provável é que o Orçamento continue sem garantia de recursos para eles. A melhor solução, para não haver risco de estouro do teto nem de faltar dinheiro, envolveria duas medidas: 1) renegociar o valor das emendas, dividindo as

despesas nos Orçamentos deste ano e do ano que vem; 2) estender o congelamento salarial dos servidores públicos até 2022. Só que isso contraria os interesses eleitorais do próprio Bolsonaro.

Não é impossível que o governo resolva os problemas legais do Orçamento, mesmo assim a solução não afasta o risco de o dinheiro para tocar a máquina pública acabar no meio do ano, situação conhecida como “shutdown”. Na confusão da negociação, os representantes do governo perderam a credibilidade diante dos parlamentares para exigir mais. Numa espécie de retaliação preventiva, estes armaram uma pauta-bomba — em tramitação — envolvendo socorro a setores como eventos, turismo, bares e restaurantes ou agricultores, num total de R\$ 250 bilhões. Mais gasolina para a dívida.

A novela não teria chegado a tal ponto se o governo tivesse aprovado uma PEC Emergencial para valer, que permitisse reduzir salários e jornadas de servidores assim que o teto de gastos se aproximasse — e se, em vez de fechar um acordo que sabia ser inviável, tivesse conduzido com mais competência as negociações com um Parlamento sempre ávido por mais dinheiro.

# Governo inflou repasses a estados e municípios

Discurso de Bolsonaro e aliados inclui verbas sem relação com a pandemia; recursos poderiam ser aplicados fora da Saúde

BERNARDO MELLO  
bernardo.mello@irfloglobo.com.br

Embora o governo federal tenha repassado R\$ 113,4 bilhões em 2020 para auxiliar estados e municípios no combate à Covid-19, a verba específica para a área de Saúde foi de R\$ 42,1 bilhões, pouco mais de um terço do total. O presidente Jair Bolsonaro e aliados sugeriram recentemente, ignorando a legislação do próprio Executivo, que governadores teriam aplicado incorretamente os recursos enviados. Este será um dos enfoques da CPI da Covid no Senado, proposta para investigar omissões do governo federal, mas ampliada para abarcar também a destinação dos repasses federais a estados e municípios — cujos valores foram divulgados de forma inflada pelo presidente.

Em março, Bolsonaro afirmou nas redes sociais que os repasses aos estados teriam ultrapassado R\$ 840 bilhões. O valor, no entanto, incluía transferências constitucionais obrigatórias, sem relação

com a pandemia, e verbas que não passam pelas finanças estaduais, como o auxílio emergencial, pago diretamente pela União aos beneficiários.

Em ataques a governadores Bolsonaro também alegou que os recursos vêm sendo usados fora da área de Saúde por exemplo, para pagamento de folha salarial. A prática, contudo, não é vedada pela Lei Complementar 173, sancionada pelo presidente em maio de 2020, que destinou R\$ 60 bilhões a estados e municípios. Deste valor, R\$ 10 bilhões eram carimbados na Saúde inclusive para despesas com pessoal. Os R\$ 50 bilhões restantes, pouco mais da metade reservada aos estados, tinham o objetivo de “enfrentamento à Covid-19 e mitigação de seus efeitos financeiros”.

Além disso, o governo federal destinou outros R\$ 15 bilhões como “compensação da variação nominal negativa dos recursos repassados pelo fundo de participação”. Foi uma espécie de “reequilíbrio” extraordinário desses fundos, que recebem verba obrigató-

## MODALIDADES DE REPASSE FEDERAL A ESTADOS E MUNICÍPIOS



### R\$ 42,1 bilhões (Saúde)

Recursos usados para ampliação de leitos hospitalares, compra de medicamentos e equipamentos, entre outras destinações na área

### Números inflados

Ao inflar valores, Bolsonaro disse ter repassado R\$ 840 bilhões aos estados. Só para São Paulo, teriam sido R\$ 190,1 bilhões.

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)

### R\$ 71,3 bilhões (Livre aplicação)

Verba usada para pagar salários de servidores, entre outras despesas de custeio e investimento



Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro · Feb 28

Santa Catarina: R\$ 21,6 bilhões. Auxílio: R\$ 7,22 bilhões.

São Paulo: R\$ 135 bilhões. Auxílio: R\$ 55,19 bilhões.

Sergipe: R\$ 12,9 bilhões. Auxílio: R\$ 3,85 bilhões.

ria da União para o caixa de estados e municípios.

No Rio, o governador Cláudio Castro (PSC), aliado de Bolsonaro, usou a verba com destinação livre para pagar salários de policiais civis e militares — segundo a Secretaria de Fazenda, o estado destinou R\$ 1,6 bilhão para esta finalidade.

O governo de São Paulo, chefiado por João Doria (PSDB), também informou ter usado a verba livre, entre outras destinações, para quitar salários de policiais, professores e pagar fornecedores. O governo acrescentou que “a destinação, ao contrário do que pregam teses bolsonaristas, não pode ser encarada como ajuda do governo federal”, mas como parte do pacto federativo de distribuição de recursos.

O valor de R\$ 113,4 bilhões da ajuda federal foi levantado pelo GLOBO no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que reúne todos os repasses da União justificados pela pandemia. As verbas têm origem principalmente em quatro ações orçamentárias: o auxílio a estados e municípios previsto pela Lei Complementar 173; a Medida Provisória 938, de compensação a perdas na pandemia; portarias do Ministério da Saúde; e a Lei Aldir Blanc, de socorro ao setor cultural.



# IMPASSE RESOLVIDO

## Governo e Congresso chegam a acordo no Orçamento, com R\$ 18,5 bi em emendas



**Solução.** Projeto de lei aprovado no Congresso permite que Executivo faça ajustes no Orçamento e abre espaço para medidas como o Pronampe e a reedição da MP 936, que devem custar R\$ 15 bilhões

GERALDA DOCA  
E MANOEL VENTURA  
economia@oglobo.com.br  
AVANÇADA

**A**pós um impasse de mais de 20 dias, governo e Congresso chegaram a um acordo para destravar o Orçamento deste ano, preservando R\$ 18,5 bilhões em emendas parlamentares. Com o entendimento, será possível atender aos acordos políticos firmados no início do ano e, ao mesmo tempo, afastar o risco de crime de responsabilidade temido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que deu aval à solução encontrada, segundo fontes.

A chave para resolver a crise foi a apresentação de um projeto de lei que altera as diretrizes orçamentárias deste ano e permite que o Executivo faça ajustes no texto mais facilmente. A mesma proposta abre espaço para medi-

das contra a pandemia, como o novo programa de manutenção de empregos e o Pronampe, de crédito a pequenas empresas, que devem custar R\$ 15 bilhões, segundo o Ministério da Economia. O texto foi aprovado ontem pelo Congresso e vai à sanção presidencial.

Para sacramentar o combinado, será necessário um conjunto de ações. O presidente Jair Bolsonaro vetará R\$ 10,5 bilhões do total de R\$ 29 bilhões em emendas do relator. Bolsonaro também vai vetar um valor próximo a esse, ainda a ser definido, em despesas de responsabilidade do próprio Executivo.

Essas duas medidas abrirão uma folga de cerca de R\$ 20 bilhões, justamente o valor que precisa ser recomposto em despesas obrigatórias, na avaliação de técnicos da equipe econômica. Esse tipo de gasto, que não pode deixar de

ser feito e inclui o pagamento de benefícios previdenciários, foi subestimado a fim de abrir espaço para inflar o montante de emendas de relator durante a votação do Orçamento. Foi essa manobra que criou o impasse entre Executivo e Legislativo, porque técnicos da equipe econômica temiam dar aval a uma proposta insuficiente para fazer frente às obrigações da União.

### DÍVIDA POLÍTICA

O acordo firmado com parlamentares previa R\$ 16,5 bilhões em emendas do relator, que acabaram virando R\$ 29 bilhões. Essas emendas passarão a R\$ 18,5 bilhões, porque os técnicos argumentam não ser possível vetar abaixo disso e, ao mesmo tempo, manter o acordo de R\$ 16,5 bilhões. A explicação é que as rubricas não podem ter o valor parcial-

mente vetado, apenas o total, o que inviabilizou chegar ao número cravado.

A possibilidade de bloquear parte das despesas por decreto — que não estava na mesa até semana passada — foi o último ponto do quebra-cabeça da negociação, porque permitirá que o Executivo faça ajustes adicionais no Orçamento, caso seja necessário. A alteração dará mais segurança jurídica aos técnicos, segundo fontes.

Na avaliação de fontes ligadas a Guedes, o texto agora estaria "exequível". Ao mesmo tempo, a manutenção de R\$ 18,5 bilhões em emendas resolve uma dívida política do governo. O acordo para liberar R\$ 16,5 bilhões em emendas foi fechado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que liberou o

novo auxílio emergencial e implantou ações de ajuste fiscal. A promessa de recursos também faz parte dos acordos políticos para a eleição de Lira ao comando da Câmara e do senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) à presidência do Senado. Segundo uma fonte, Pacheco também deu aval ao acordo.

### FORA DA META FISCAL

A ministra-chefe da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, que participou das negociações em torno da proposta como deputada e presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO), disse a investidores que o acordo buscou chegar a um texto "responsável".

—A gente está caminhando para um veto parcial, mantendo algumas emendas de relator, mas também fazendo um corte nas despesas obrigatórias, discricionárias, e ajeitando tudo isso para fazer o melhor Orçamento, o mais responsável, o que é importante para este momento que o país está vivendo — disse a ministra, em evento virtual.

Com a aprovação da regra que destrava o Orçamento, o governo também consegue uma brecha legal para reeditar programas emergenciais sem precisar decretar Estado de Calamidade Pública, uma vitória para Guedes. A versão original da proposta, encaminhada há duas semanas, previa apenas que o governo poderia criar despesas temporárias sem indicar a fonte de compensação, mas não resolvia o problema da meta fiscal, pela qual o déficit nas contas deste ano não pode passar de R\$ 247 bilhões.

Agora, o texto deixa claro que a reedição da medida provisória (MP) 936, que autoriza acordos de redução de jornada e salários para evitar demissões, e o Pronampe ficarão fora dessa limitação. Após o novo relatório ser divulgado, o Ministério da Economia divulgou nota à imprensa em que afirma que os dois programas estão em processo de finalização e terão custo de R\$ 15 bilhões.

Também ficarão de fora da meta os gastos com saúde para combater a Covid-19. A expectativa, segundo fontes, é que esses recursos sejam de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões. Considerando os R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial e recursos já liberados neste ano para outras ações, como compra de vacinas, o total de gastos no combate à pandemia fora do teto de gastos deve ficar próximo de R\$ 100 bilhões. (Colaborou Adriana Mendes)



*"A gente está caminhando para um veto parcial, mantendo algumas emendas de relator, mas também fazendo um corte nas despesas obrigatórias, discricionárias, e ajeitando tudo isso para fazer o melhor Orçamento, o mais responsável, o que é importante para este momento que o país está vivendo"*

**Flávia Arruda,**  
ministra-chefe da  
Secretaria de Governo

# Em ano eleitoral, país terá folga no teto de R\$ 38,9 bi

Cálculo é da IFI, ligada ao Senado, que alerta para a necessidade de resistir à pressão por gastos. Regra pode ser rompida em 2021

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O governo terá uma folga de R\$ 38,9 bilhões no teto de gastos em 2022, ano eleitoral, em que as pressões por aumento de despesas devem aumentar. O cálculo é da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, que alerta ainda para o risco de que o limite fiscal seja descumprido em 2021.

Em relatório, a IFI afirma

que o ideal é não tratar essa possível folga como um espaço fiscal para promover um aumento de despesas. A entidade argumenta que o cenário das contas públicas permanecerá delicado. A relação entre dívida pública e PIB tende a continuar crescendo, assim como o rombo das contas públicas seguirá elevado.

“Se houver necessidade de gastos no âmbito das respostas à Covid-19, por outro lado, isso (aumento de des-

pesas) precisará ser feito de maneira planejada e transparente. O risco é a pulverização desse espaço fiscal em despesas pouco relacionadas à recuperação da economia”, alerta o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF), divulgado ontem.

O teto de gastos é um mecanismo criado em 2016 para conter o avanço das despesas do governo, que fica limitado à inflação no período. Com a alta da inflação durante a pandemia de Co-

vid-19, causada principalmente pela elevação dos preços de alimentos, a situação para 2022 é mais confortável, porque esse limitador dos gastos estará em um patamar mais elevado.

## QUEBRA INFORMAL

O cenário para 2022 é o oposto do observado neste ano. Com a combinação de inflação mais baixa em 2020 e gastos obrigatórios em alta, o espaço em 2021 é pequeno e, segundo a IFI,

será necessário cortar despesas livres, como custeio e investimentos, para cumprir a regra. Considerando o Orçamento aprovado pelo Congresso, estima-se que o governo precisaria bloquear até R\$ 31,9 bilhões em despesas como custeio e investimento para cumprir a regra. Um acordo com vetos parciais foi fechado para evitar o descumprimento da regra.

No relatório, divulgado antes que fosse anunciado

o acordo para destravar o Orçamento, a IFI alerta que a quebra do teto pode ocorrer informalmente, por meio de mecanismos para driblar a medida.

“Para ter claro, o rompimento do teto de gastos pode não ocorrer formalmente, mas pode acontecer via alterações na regra original, por meio de exclusões de certas despesas, por exemplo. Vale dizer que o teto já sofreu duas alterações desde 2016: exclusão de gastos da cessão onerosa e, recentemente, mudança da vinculação dos gatilhos a uma nova regra, que envolve o percentual de gastos obrigatórios em relação aos totais”, avaliam os técnicos.

MÍRIAM  
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao  
miriamle.tao@oglobo.com.br  
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



## Os vários pontos de atrito em Brasília

O governo usou ontem a tática de tentar adiar a instalação da CPI para continuar seu bombardeio ao possível relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL). O grupo dos sete senadores, de oposição e independentes, já está trabalhando na estrutura dos trabalhos e na lista de possíveis convocados. O ex-ministro Pazuella pode ir até mais de uma vez. Primeiro, como testemunha, depois, como investigador. Em outra frente, parlamentares e embaixadores se reuniram para discutir a cúpula do clima. O cantor Caetano Veloso compareceu, como representante da sociedade civil, e deu um recado direto aos diplomatas dos Estados Unidos e países europeus. “Salles é o antiministro

e este governo ataca a Amazônia.”

Os dias estão intensos em Brasília nesta semana, com um feriado no meio e uma agenda lotada. A instalação da CPI se desdobra em várias reuniões e negociações sobre a ordem dos trabalhos e dos convocados. “Não temos tempo a perder”, disse o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Ele acha que tem que começar pelos ex-ministros da Saúde. Mas há na CPI quem defenda que se chame primeiro os cientistas para mostrar, com dados, como chegamos até aqui e quais são os riscos. A convocação de Paulo Guedes é a dúvida do momento. O ex-ministro Pazuella pode ser convocado mais de uma vez, explicou o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE). Ele pode falar primeiro como testemunha. Depois, com o andar da CPI, pode ser novamente convocado, mas como investigado.

Neste início de semana, em que ocorrerá a cúpula do clima, o procurador Lucas Furtado, do MP junto ao TCU, fez uma representação para que o tribunal requeira junto à Casa Civil o afastamento do ministro Ricardo Salles. Essa seria uma medida cautelar até que o tribunal decida sobre várias representações já apresentadas mostrando os erros, desvios de função e políticas danosas ao meio ambiente impostas pelo ministro.

Numa terceira frente o governo negociava o Orçamento. Ou melhor, era pressionado. Se adotasse a estratégia proposta pelos técnicos do

Ministério da Economia, ficaria mais fraco no Congresso. A saída arquitetada é vetar partes, preservar a maioria das emendas parlamentares e liberar despesas do controle do teto. Ou seja, está sendo feita uma operação no Franksenstein orçamentário de 2021, para preservar emendas, com medo de uma reação dos parlamentares em ambiente já tenso com a CPI. Ontem, em uma live da XP Investimentos, a ministra Flávia Arruda, da Secretaria de Governo, falou em R\$ 100 bilhões a mais fora da meta de primário. Depois, recuou e disse que não havia recebido as contas.

**Governo tenta adiar o início da CPI da Covid, enquanto ataca Renan nas redes e cede ao Congresso nas negociações do Orçamento**

No próprio grupo de oposição mais os independentes há dúvidas. O senador escolhido para ser o presidente da CPI é definido por um senador como “imprevisível”. Esse parlamentar diz que o grupo dos sete na verdade é seis mais um. Sobre o possível relator, Renan Calheiros, ontem foi dia de ataques da milícia digital contra ele. O argumento dos bolsonaristas de que ele seria suspeito por ser pai do governador de Alagoas é fácil de ser rebatido, segundo me disse um dos parlamentares. “A CPI desde o começo foi para investigar as origens, causas e omissões do governo que fizeram o país chegar onde está. O foco é esse”, disse.

Ouvi também o senador Randolfe Rodrigues. Ele diz que não há razão para adiar o início dos trabalhos e afirma que o ataque contra Calheiros veio de endereço certo:

—O ataque vem das milícias bolsonaristas nas redes sociais e é coordenado diretamente do gabinete do ódio por Carlos Bolsonaro. Eles querem atrasar para tentar desgastar ao máximo o senador Renan Calheiros.

Randolfe esteve em reunião com os embaixadores dos EUA, da União Europeia, Alemanha, Noruega e do Reino Unido para discutir a cúpula do clima e os acordos com o Brasil. Além dele, estavam o deputado Alessandro Molon (PSB-RJ) e o senador Jaques Wagner (PT-BA) e representantes da sociedade civil. No meio, Caetano Veloso.

—A reunião era para deixar claro que somos a favor de recursos para o Brasil, mas queremos acompanhar a aplicação desse dinheiro, e que o dinheiro pode ir também para estados e municípios. Mas quem falou de forma mais clara foi o Caetano. Ele definiu Salles como o antiministro do Meio Ambiente, lembrou que este governo é negacionista e tem o objetivo de devastar o meio ambiente — disse o senador.

Esses mesmos embaixadores se reuniram com autoridades do governo brasileiro. Uma dessas autoridades me disse que nunca viu Estados Unidos e Europa tão unidos numa questão como nesta cúpula do clima.

# Silva e Luna promete respeitar paridade internacional de preços

Ao assumir presidência da Petrobras, general diz que buscará conciliar os interesses de consumidores e acionistas

BRUNO ROSA  
bruno.rosa@oglobo.com.br

O general Joaquim Silva e Luna tomou posse ontem, em cerimônia transmitida on-line, como novo presidente da Petrobras, oficializando a troca no comando da estatal decidida pelo presidente Jair Bolsonaro em fevereiro. Quatro funcionários de carreira da estatal também assumiram cargos de diretores executivos, conforme antecipou O GLOBO.

Participaram da cerimônia o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Rodolfo Saboia, e o presidente do Conselho de Administração da Petro-

bras, Eduardo Bacellar.

Em seu discurso, Silva e Luna agradeceu Bolsonaro pela indicação e afirmou que pretende conciliar os diferentes interesses de acionistas, governo, petroleiros e consumidores em sua gestão.

## 'CHEGAR OUVINDO MAIS'

Ele destacou ainda que vai manter a paridade de preços em relação às cotações do petróleo e do dólar no exterior. O teor da fala agradou ao mercado, que havia considerado a troca no comando da empresa uma intervenção de Bolsonaro na estatal, com o objetivo de controlar os preços dos combustíveis. As ações da estatal chegaram a subir até 8% na Bolsa brasileira, a B3.

Para analistas, o discurso buscou acalmar os investidores, receosos de uma nova mudança na política de preços.

— Entendo que quem chega deve chegar ouvindo mais e falando menos. Então vou começar pela conclusão, agradecendo. Agradeço ao presidente Bolsonaro, que me indicou para o cargo — disse Silva e Luna.

E prosseguiu: — É fazer tudo isso conciliando interesses de consumidores e acionistas; valorizando os petroleiros; buscando reduzir volatilidade, sem desprezar a paridade internacional; perseguindo a redução da dívida; investindo em pesquisa e desenvolvimento; e contribuindo para a geração de previsibilidade ao planeja-



Apaziguador. O general Silva e Luna na cerimônia de posse, transmitida on-line: "O passado é apenas uma referência"

mento econômico nacional. Os sucessivos aumentos nos preços dos combustíveis desde meados de fevereiro desgastaram o então presidente da estatal, Roberto Castello Branco, que acabou sendo demitido por Bolsonaro. Antes da saída de Castello Branco, na semana passada, a Petrobras elevou o preço do gás às distribuidoras em até 39%, o que provocou novas críticas de Bolsonaro.

Na cerimônia de posse, o general afirmou que vai se "inteirar, no mais curto prazo, do que for possível" com diretores e conselheiros da

estatal para alinhar percepções e avançar com a "cooperação e o comprometimento de todos".

Silva e Luna disse que "quando o homem avança, o que vai à frente é o seu passado":

— Mas o passado é apenas uma referência. O que se quer do novo presidente da Petrobras, imagino, é o novo que se espera que ele produza, em equipe, alinhado com a missão da empresa, liderando um time capaz de vencer desafios, nessa complexa conjuntura, entregando resultados.

O ministro de Minas e

Energia também falou em continuidade. Em seu discurso, Bento Albuquerque enalteceu o currículo de Silva e Luna, de experiência "ampla e diversificada". O ministro citou ainda a manutenção dos investimentos da companhia e a abertura do mercado de gás, entre outros:

— Destaco os projetos de desinvestimento para reduzir a dívida e aumentar a capacidade de investimento.

Os nomes de Silva e Luna e dos quatro novos diretores foram aprovados pelo Conselho de Administração da empresa na sexta-feira.

## Ações da estatal sobem mais de 5%, mas Bolsa fecha em queda de 0,15%

VITOR DA COSTA  
E STEPHANIE TONDO  
economista@oglobo.com.br

**A** pesar da forte alta das ações da Petrobras, refletindo o otimismo dos investidores com o discurso de posse do novo presidente da estatal, general Joaquim Silva e Luna, a Bolsa fechou pratica-

mente estável. O Ibovespa, índice de referência da B3, encerrou em leve queda de 0,15%, aos 120.933 pontos.

O dólar comercial teve queda de 0,61%, a R\$ 5,551.

Para o mercado, o general adotou um tom conciliador, reduzindo o receio de possíveis interferências políticas na

estatal. Mas ainda há incerteza se ele conseguirá manter algumas políticas a longo prazo.

As ações ordinárias da Petrobras (ON, com direito a voto) encerram em alta de 5,03%, a R\$ 23,79, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 5,80%, a R\$ 24,28. Nas máximas do dia, os papéis re-

gistraram valorização de 6,72% e 8%, respectivamente.

Para Gilberto Braga, professor de Finanças do Ibme RJ, Silva e Luna disse o que o mercado queria ouvir: manutenção da paridade de preços, baseada na cotação do petróleo e do dólar no exterior, e continuidade da política

de desinvestimentos.

Contudo, o novo presidente da Petrobras também falou em conciliar interesses de acionistas, governo, petroleiros e consumidores, o que, na prática, não será fácil.

— Não é possível equilibrar todos esses interesses e fazer um omelete sem quebrar os

ovos, por isso permanece um pouco de desconfiança. Em algum momento ele terá de desagradar alguém. Mas foi uma boa surpresa, porque as expectativas eram de um discurso pró-governo — disse Braga.

Já as ações PN da Braskem subiram 5,62%, a R\$ 52,79, com notícias de que o Mubadala, fundo soberano de Abu Dhabi, estaria negociando com a Odebrecht a compra da fatia desta na empresa.

# Estado do Rio terá R\$ 1 bi em créditos tributários

Recursos poderão ser usados para financiar projetos de infraestrutura, como os das concessões da Cedae e do Santos Dumont

GLAUCE CAVALCANTI  
g.auce@globo.com.br

O governo do Estado do Rio assina hoje o decreto de criação de um programa que permitirá a empresas exportadoras fluminenses venderem créditos fiscais de ICMS a investidores do setor de infraestrutura. O estoque desses créditos soma hoje R\$ 1 bilhão. Os investidores poderão comprar esses recursos, a um custo reduzido, para usar no pagamento do tributo em projetos nas áreas de sanea-

mento, logística, energia e telecomunicações.

Na prática, é dinheiro que poderá beneficiar as concessionárias que vencerem a licitação dos serviços de água e esgoto da Cedae — cujo leilão está previsto para o fim deste mês — e, mais adiante, de rodovias estaduais ou do Aeroporto Santos Dumont, explica o secretário estadual de Fazenda, Guilherme Mercês. O investidor que receber a transferência de crédito poderá usar o recurso para pagar o ICMS em compras de maté-

ria-prima e outros insumos.

— É uma solução para dois problemas. Um deles é o gargalo histórico das empresas exportadoras, que acumulam crédito de ICMS sem quase opção de resgate, o que se torna um custo. O outro é ajudar o estado a financiar infraestrutura. Em recuperação fiscal desde 2017, o Rio já caiu para o 24º lugar no ranking de capacidade de investimento no país.

Em 2014, o Estado do Rio somou o equivalente a 16,5% de sua receita corren-

te líquida em investimentos. No ano passado, essa fatia desabou para 1,4%.

## ACIMA DE R\$ 100 MILHÕES

Segundo o secretário, o mecanismo vai destravar o uso de um capital privado que estava parado, já que o saldo credor para as empresas é um passivo tributário para o estado:

— São recursos que constavam apenas no balanço das empresas. A exportadora passará a poder botar dinheiro em caixa ao vender seu crédito fiscal, enquanto o investi-

dor terá acesso a recursos privados por um custo menor. De saída, há R\$ 1 bilhão já disponível para investimento em infraestrutura no estado. Depois, esse montante pode crescer, porque a tendência é que aumente o número de empresas homologando créditos junto à Fazenda.

Como o foco é impulsionar obras de maior porte em infraestrutura, poderão ingressar no programa projetos que demandem investimentos superiores a R\$ 100 milhões.

Os projetos nos quais esses

créditos serão usados deverão ser avaliados e aprovados pelo Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas e, depois, homologados pela Secretaria estadual de Fazenda. Com o projeto aprovado, diz Mercês, a liberação dos recursos ocorre em até 90 dias.

A trava nos créditos fiscais vem do fato de a exportação ser quase integralmente isenta de tributação. Mas as empresas acumulam os créditos de ICMS recolhidos ao longo de sua cadeia de produção, sem caminho de resgate.

O programa, que entra em vigor 60 dias após a assinatura do decreto, prevê ainda que as exportadoras do Rio usem os créditos de ICMS na compra de máquinas e equipamentos.



# Ritmo da vacinação contra covid aumenta, mas Estados e municípios ainda esbarram na falta de doses

*Primeiras semanas de abril tiveram a melhor média de imunizados por dia até agora, mas baixa oferta de imunizantes ainda obriga o País a frear a aplicação antes da hora*

**João Ker, O Estado de S. Paulo**

20 de abril de 2021 | 10h00

Nas três primeiras semanas de abril, o Brasil já teve o seu melhor desempenho na [imunização](#) contra a [covid-19](#) desde que a vacinação começou, chegando a uma média superior a 740 mil doses aplicadas por dia, quase o dobro do mesmo período no mês anterior. Também, também chegou a ultrapassar a marca de 1 milhão de vacinas administradas em 24 horas, repetindo o feito outras quatro vezes, a última delas na segunda-feira, 19. Apesar da melhora no ritmo, no entanto, o volume está aquém da capacidade diária de 2 milhões do [Plano Nacional de Imunização \(PNI\)](#), e o principal empecilho para que essa aceleração aconteça é a falta de imunizantes disponíveis, que atrasa as campanhas em Estados e municípios de todo o País.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, já disse que a meta é imunizar pelo menos um milhão de pessoas por dia. "Vacina aqui acaba antes da hora", conta Fábio Villas-Boas, secretário estadual da Saúde da [Bahia](#), que já aplicou a primeira dose em 13,83% da sua população, o segundo melhor desempenho no País e acima da média nacional, de 12,59%. "Só não estamos vacinando mais porque não temos mais vacinas." Na campanha nacional, mais de 80% das doses usadas têm sido da Coronavac, do Instituto Butantan e da chinesa Sinovac, e o restante é Oxford/AstraZeneca, cuja produção no Brasil fica a cargo da Fiocruz.

Há um mês, a **Secretaria de Saúde da Bahia** decidiu repassar novas doses da vacina apenas aos municípios que já tivessem utilizado 70% do estoque anterior. Quinze dias depois, a porcentagem obrigatória subiu para 85%. "Foi uma confusão e vários municípios reclamaram, mas todos se adequaram", conta Villas-Boas.

Para melhorar a eficiência na administração das doses, municípios que antes tinham utilizado de 50% a 60% das vacinas entregues investiram na contratação de novos aplicadores e funcionários responsáveis pela inserção dos dados no sistema eletrônico de controle. O ritmo acelerou e, no início de abril, a Bahia já era o Estado com maior proporção de imunizados no País. Desde então, as remessas se esgotam antes da entrega seguinte.

Ocupando hoje o topo da lista de imunizações, com 17,39% da população com ao menos a 1ª dose recebida, o **Rio Grande do Sul** adotou estratégia similar à da Bahia, com o lema "O RS estoca vacina no braço". Para a secretária estadual da Saúde, Arita Bergmann, o avanço é fruto de uma pré-organização do Estado e da celeridade na distribuição aos municípios.

"Fazemos esse trabalho entre receber e organizar a distribuição no Estado em menos de 24 horas. Isso é fundamental. Os municípios mais distantes recebem de transporte aéreo e, os mais próximos, por via terrestre", explica Arita, que afirma repassar os estoques recebidos do PNI para distribuição em menos de quatro horas. "A capilaridade dos pontos de vacinação na rede municipal é muito robusta", garante

Ela cita o exemplo de Camaquã, município a 127 quilômetros de Porto Alegre, onde a distribuição da vacina nos 31 pontos de aplicação é feita simultaneamente por 14 veículos. "Primamos por não ter vacina armazenada. Boa vacina é aquela que foi aplicada", aponta Arita, que hoje precisa driblar também atrasos pontuais na entrega pelo PNI e o quantitativo aquém da capacidade de imunização. "A gente está sempre com o coração na mão. Queremos que o ritmo seja constante e na batida do coração, mas às vezes dá uma freada."

Por outro lado, a maioria dos Estados nas regiões Norte e Centro-Oeste, exceto **Amazonas** e **Mato Grosso do Sul**, estão abaixo da média nacional. Na



maioria deles, como em **Mato Grosso**, menos de 10% da população recebeu a 1ª dose da vacina.

Em nota enviada ao **Estadão**, a Secretaria Estadual de Saúde do Mato Grosso alega que o Estado recebeu doses "de acordo com o número de habitantes que integram os grupos de risco contemplados pelo PNI até o momento" e que tem "menos idosos". "É evidente que o Estado também receberá um quantitativo menor nesta etapa de vacinação", afirma o texto. "O governo de Mato Grosso espera que o quantitativo que abrange os públicos mais jovens seja maior."

A nota também pede que a métrica de vacinação analisada seja com base no número de doses encaminhadas aos grupos prioritários e não na população em geral, "situação que pode gerar discrepância na análise do percentual de vacinados".

Conforme dados do consórcio de veículos imprensa feitos com base nas próprias secretarias estaduais de Saúde, das 703.810 doses encaminhadas ao Estado pelo PNI, 436.334 foram aplicadas até sexta-feira, aproximadamente 62%.

### **Descompasso é falta de unidade nacional**

Especialistas ouvidos pelo **Estadão** apontam que o descompasso nacional na vacinação contra a covid está ligado à falta de diretriz nacional. "Nada é normal nesse negócio da covid, tanto que estão mudando até as faixas prioritárias. Não dá para comparar com outras. O que dá para afirmar é que o Brasil tem um conhecimento técnico importante sobre vacinação que outros países não têm, mas não está usando", afirma Ana Maria Malik, professora da FGV - SP e coordenadora do GVsaude.

Secretário executivo do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Mauro Junqueira ainda frisa que o próprio PNI sempre teve desafios em regiões afastadas e interioranas. Nessa conta, entram fatores que vão desde a dificuldade de acesso como a demora no registro dos dados, que pode ser afetado até pela qualidade da internet.

"Na vacinação extra-muro, como em drive-thru, praças e qualquer local fora dos postos de saúde, a maioria não tem computador, então o registro é feito de forma manual, para depois ser digitalizado. Alguns municípios, de médio e grande porte, têm sistemas próprios, onde registram o saldo do dia e depois fazem a migração para o PNI. Essa

integrabilidade, alguns fazem diariamente e outros fazem uma vez por semana", explica. "Tem um delay entre o que foi vacinado e o dado subir na base nacional."

# BEm e Pronampe terão R\$ 15 bi, define equipe econômica

Programa de manutenção do emprego ficará com dois terços do total

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

20/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O governo vai destinar até R\$ 15 bilhões para as reedições do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), informou ontem o Ministério da Economia. Os processos para a reabertura dos dois programas estão em fase final, acrescentou.

Desse valor, R\$ 10 bilhões iriam para o BEm, o programa que permite às empresas suspender ou reduzir contratos de trabalho. Para o Pronampe, iriam cerca de R\$ 5

bilhões a serem aportados em fundos garantidores, o que abriria o caminho para a concessão de R\$ 16 bilhões em novas operações de crédito.

As cifras foram divulgadas pela pasta da Economia no início da tarde de ontem, pouco depois do início da sessão de reunião do Congresso Nacional que analisaria o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN 2). “A aprovação, prevista para esta segunda-feira, dia 19 de abril, de instrumentos presentes no PLN 2, permitirá a implementação dos dois bem-sucedidos programas”, informou a pasta da Economia por meio de nota.

Em sua versão original, o PLN 2 alterava a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, retirando um dispositivo que obrigaria o governo a cortar outras despesas, ou encontrar novas fontes de receita, para bancar os dois programas.

No Congresso, a proposta ganhou outros pontos: um que retira do cálculo da meta de resultado primário as despesas com o BEm, o Pronampe e aquelas da área de saúde relacionados à covid-19; outro que permite ao governo contingenciar (bloquear) gastos para garantir o cumprimento da regra do teto de gastos. Atualmente, esse mecanismo só pode ser acionado para garantir o cumprimento da meta de resultado fiscal.

Há uma semana, em reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao presidente da Associação Brasileiras de Bares e Restaurantes

(Abrasel), Paulo Solmucci, que poderia editar medidas provisórias (MPs) retomando os dois programas um ou dois dias após a aprovação do PLN 2. Foi o que informou Solmucci ao **Valor**.

Pesquisa da Abrasel mostra que, em abril, 91% das empresas do setor não conseguiram pagar integralmente suas folhas salariais. A associação pressiona para que as folhas de abril sejam contempladas no novo BEm. Esse ponto está pendente de consultas na área jurídica do ministério.

O governo também prometeu mudanças na prorrogação de três meses das carências das operações do Pronampe contratadas em 2020. Pesquisa da Abrasel mostra que 80% das empresas do setor que pediram o prazo extra no banco não conseguiram. Os motivos seriam o fato de muitas já terem pago a primeira parcela antes de o governo anunciar a prorrogação e porque os bancos demoraram a atualizar seus sistemas.

## Conteúdo Publicitário

---

Empresa caminha para pegada zero de carbono

Em tempos de crise, Hana Khalil conta como reaproveita restos de alimentos e até lixo

Bananeiras ajudam no tratamento do esgoto de cozinha e lavanderia

 COMENTÁRIOS

---

## Mais do Valor **Econômico**

### Ministra da Agricultura diz que Brasil não passará vergonha em cúpula do clima

# Estados e municípios buscam remediar ineficiência federal

A reedição dos programas esbarra nas trapalhadas do governo e do Congresso

20/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

Não é só na frente sanitária que o governo federal parece despreparado para bem conduzir o país. A área econômica está praticamente parada há meses à espera da aprovação do Orçamento. Providências urgentes estão pendentes. A concessão do auxílio emergencial para a população só saiu há poucos dias, após intensa pressão da opinião pública e pela avaliação dos danos sérios que pode causar às intenções de reeleição do presidente Jair Bolsonaro. Mas as empresas ainda estão à espera da reedição das linhas de crédito que ajudaram a amenizar o impacto da pandemia no ano passado.

Diante da inação federal, governos estaduais elaboraram programas para apoiar as empresas. Levantamento feito pelo **Valor** (15/4) apurou que 15 Estados já oferecem ou anunciaram oficialmente algum tipo de medida nesse sentido, com recursos próprios, no valor total de R\$ 1,7 bilhão. As iniciativas compreendem a oferta de crédito ou de auxílio a empresas, apoio do fundo de aval ou subsídios para amortização de juros. Alguns Estados oferecem crédito com juro zero, como Alagoas, Ceará, Goiás e São Paulo, este último dependendo do valor. Outros Estados criaram auxílios emergenciais a microempreendedores individuais (MEIs), como o Paraná e o Rio Grande do Sul.

Estados e municípios haviam tomado medida semelhante ao oferecer auxílio emergencial à população. No fim de março, outro levantamento do **Valor** (25/3) constatou que um terço dos Estados e oito das 26 capitais colocaram em prática ou analisavam a criação de programas de transferência de renda, que somavam mais de R\$ 1 bilhão.

Há muito variação no valor dos diferentes programas, conforme o poder de fogo do Estado ou município. No crédito e auxílio para as empresas, chega a R\$ 250 milhões em Santa Catarina e Espírito Santo e a R\$ 200 milhões em São Paulo, limitando-se a R\$ 55 milhões em Mato Grosso e a R\$ 50 milhões no Sergipe.

O mesmo acontece no auxílio emergencial para a população. A cidade de São Paulo promete distribuir neste ano três parcelas de R\$ 100 enquanto o Estado do Pará vai

pagar parcela única de R\$ 100. Niterói (RJ), vem liberando mensalmente R\$ 500 mensais desde abril do ano passado; e Salvador, parcelas mensais de R\$ 270 há dez meses para famílias vulneráveis do Cadastro Único, vendedores ambulantes e catadores de recicláveis.

Estados e municípios somente estão conseguindo apoiar sua população e seus empreendedores em parte porque contaram com a ajuda federal em 2020 e conseguiram administrar os recursos em meio às crescentes demandas da saúde. No primeiro bimestre deste ano, os Estados e municípios acumularam superávit fiscal de R\$ 25,3 bilhões. Em doze meses, o valor sobe a R\$ 48,7 bilhões. Enquanto isso, o resultado do setor público consolidado foi positivo em R\$ 46,6 bilhões no bimestre e teve rombo de R\$ 691,7 bilhões em doze meses. Alguns municípios são especialmente favorecidos pelas receitas dos royalties do petróleo, como Niterói, que criou um fundo de poupança baseado nesses recursos.

No entanto, a ajuda que podem dar está distante do necessário e, olhando o país como um todo, as medidas são desiguais uma vez que os governos mais fragilizados não podem acompanhar o ritmo dos mais fortes. Por mais que se esforcem, os valores empenhados ficam muito aquém do que pode fazer o governo federal. O Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), por exemplo, criado em maio de 2020, atendeu 517 mil empresas e liberou R\$ 37,5 bilhões no ano passado, de acordo com balanço do Ministério da Economia.

Já o programa Preservação de Renda e Emprego (BEm), pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e que permitiu às empresas fazer acordos de redução de jornada e salário ou de suspensão de contratos de trabalho, preservou, segundo o próprio governo federal, o emprego e a renda de cerca de 10,2 milhões de trabalhadores, e a existência de 1,5 milhão de empresas.

A reedição desses programas, que acabaram no fim de 2020, esbarra nas trapalhadas do governo e do Congresso em torno da elaboração do Orçamento deste ano, insensíveis à destruição dos empregos e das empresas. Para o BEm, a previsão é que sejam destinados R\$ 10 bilhões para dar apoio a 4 milhões de empregos. Para o Pronampe, serão cerca de R\$ 5 bilhões. Os recursos existem. No



entanto, estão amarrados ao embate em torno do Orçamento e das emendas parlamentares e cortes inexplicavelmente feitos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

---

LINK PATROCINADO

### Suv Citroën C3 Aircross

CITROËN

LINK PATROCINADO

### Peugeot 2008

PEUGEOT

LINK PATROCINADO

### Peugeot e-2008 Full Electric

PEUGEOT

Ver Oferta

LINK PATROCINADO

### ¿Más de 45? ¿Empiezas a necesitar gafas progresivas?

GAFAS.ES

Más Información

LINK PATROCINADO

### Calcula en 1 minuto el precio de tu seguro del coche.

MUTUA MADRILEÑA

LINK PATROCINADO

### Invierta en Bitcoin con solo 250€

FXTB

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Leilão de venda da Cedae mobiliza operadores e grupos financeiros

Empresa caminha para pegada zero de carbono

O que são as agroflorestas e como trabalham em favor da natureza

---

## Governo engorda previsão de dividendos

Valor a ser pago este ano por estatais aumenta em mais de R\$ 6 bi sobre a previsão inicial

Por **Edna Simão** — De Brasília

20/04/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O governo elevou em mais de R\$ 6 bilhões a previsão de recebimento de dividendos neste ano alegando desempenho melhor do que esperado inicialmente pela equipe econômica para Petrobras e para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no ano passado.

Na peça orçamentária deste ano, que ainda depende de sanção do presidente Jair Bolsonaro, a estimativa era que as empresas estatais transferissem R\$ 9,74 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional. Esse número, no entanto, saltou para R\$ 15,91 bilhões no relatório bimestral de receitas e despesas, divulgado no fim de março,

mesmo com os impactos da pandemia na economia. O valor é mais que o dobro do que a União recebeu em 2020.

Segundo o Ministério da Economia, a estimativa foi ajustada e passou a prever a destinação de R\$ 3,6 bilhões de dividendos da Petrobras, valor calculado com base em lucro líquido de 2020 e reservas de capital, “muito acima do esperado”. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do exercício é encaminhado até o fim de agosto do ano anterior, ou seja, não há dados fechados para o ano. De 2019 para 2020, o lucro líquido da Petrobras despencou de R\$ 40,1 bilhões (o maior da história) para R\$ 7,1 bilhões. No ano passado, apesar do patamar do lucro de 2019, a empresa repassou R\$ 1,6 bilhão em dividendos à União.

A nova projeção, conforme o ministério, também foi afetada pelo lucro recorde de R\$ 20,7 bilhões obtido no ano passado pelo BNDES, que ampliou a base de distribuição dos dividendos, agora estimada em R\$ 4,9 bilhões em 2021. “O melhor resultado do BNDES em relação ao previsto decorre, em especial, dos lucros obtidos da venda de participações de sua carteira e dividendos recebidos”, informou a assessoria de imprensa do ministério.

O economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ex-presidente do conselho de administração do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, acredita, mesmo com a crise criada com a pandemia, ser factível o banco transferir esse patamar de dividendos aos cofres públicos e ainda devolver empréstimos feitos

junto ao Tesouro Nacional. Além dos dividendos, o BNDES devolverá ao menos R\$ 100 bilhões ao Tesouro.

“O BNDES tem uma inadimplência baixa e tem bastante recurso pela venda de ações”, frisou. Além disso, conforme Freitas, com a TLP como indexador, não há demanda para empréstimos.

O Ministério da Economia ressaltou que a melhoria da situação financeira da Eletrobras permitiu que a empresa deliberasse sobre o pagamento de R\$ 958 milhões de dividendos intermediários em 2021. “Esses dividendos estão baseados em reserva especial constituída em 2019 quando a Eletrobras não possuía a capacidade financeira de pagar os dividendos devidos”, diz. O ministério não informou as estimativas de dividendos por empresa antes da revisão.

No ano passado, segundo o Tesouro, o governo recebeu R\$ 6,571 bilhões em dividendos. O maior pagador foi o Banco do Brasil com R\$ 2,119 bilhões seguido por Petrobras (R\$ 1,648 bilhão); Eletrobras (R\$ 1,085 bilhão) e Caixa (R\$ 1,008 bilhão). O BNDES não pagou dividendos em 2020.

Se confirmado o cenário traçado pela equipe econômica no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, mesmo com o cenário adverso devido à pandemia de covid-19 e seus efeitos na economia, a expectativa é contar com R\$ 13,130 bilhões em dividendos em 2022; R\$ 12,767 bilhões em 2023 e R\$ 13,435 bilhões em 2024.

Também aumentou estimativa de receitas com exploração de recursos naturais. No Ploa de 2021 a previsão era de R\$ 60,034 bilhões. O valor saltou para R\$ 68,395 bilhões em março. O ajuste considera um aumento da produção de petróleo e a variação do câmbio.

## **Conteúdo Publicitário**

---

VALOR INVESTE

**Participação do Grupo Pão de Açúcar na Cdiscount pode valer R\$ 3,2 bilhões**

# Governo fecha acordo com Congresso para vetar parcialmente o Orçamento

Projeto aprovado no Congresso para viabilizar sanção do Orçamento permite gastos fora do teto

Por Fabio Graner, Marcelo Ribeiro, Murillo Camarotto e Cristiane Agostine — De Brasília e São Paulo

20/04/2021 05h00 · Atualizado há uma hora



Depois de muitas semanas de **negociações** e crises, governo e Congresso fecharam um **acordo** para desfazer o **impasse no Orçamento**. O acordo que estava sendo finalizado ontem previa um veto de R\$ 10,5 bilhões em emendas parlamentares de relator. Este montante foi anunciado pela ministra Flávia Arruda, da Secretaria de Governo, durante conferência promovida pela XP Investimentos. O **Valor** apurou na área econômica que, para fazer valer o acerto original de R\$ 16,5 bilhões em emendas e recompor gastos obrigatórios subestimado, por meio de um novo projeto, será preciso ainda vetar outros trechos do Orçamento.

O alvo do corte adicional serão emendas não obrigatórias, como de bancada estadual, e no funcionamento da máquina federal. Assim, o volume total de vetos deve ficar em torno de R\$ 20 bilhões, tornando finalmente “exequível” a peça orçamentária.

- **Leia também:**
- **BEm e Pronampe terão R\$ 15 bi, define equipe econômica**

Ontem à noite, a Câmara e o Senado aprovaram o projeto de lei do Congresso Nacional (PLN 2), que prevê a liberação de gastos ligados à covid-19 fora do teto e do resultado primário. Com isso, o montante a ser gasto nesse ano fora das regras

fiscais pode bater a casa dos R\$ 100 bilhões, já incluindo algumas despesas que sobraram de 2020.

A liberação dos gastos foi incluída no PLN 2 por uma emenda feita pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE) e replica o conceito da polêmica PEC que foi apelidada no próprio governo de “fura-teto”. Mas o projeto traz a relevante diferença de que não se excepcionalizou um conceito genérico de outros gastos, que na PEC tinha uma previsão de R\$ 18 bilhões.

O montante de recursos a serem gastos com vacina e outras rubricas de saúde será o principal determinante para o tamanho total da despesa fora das regras fiscais neste ano, explicaram fontes da área econômica ao **Valor**. O número de R\$ 100 bilhões, explicam esses interlocutores, seria a soma de gastos já contratados, incluindo os R\$ 44 bilhões do auxílio emergencial, com novas despesas relativas à saúde e às operações de crédito (Pronampe e Peac Maquininhas) e ao BEm (que reduz jornada e salários).

Com o BEm, espera-se uma despesa de R\$ 10 bilhões. Com as de crédito, mais R\$ 5 bilhões. Na saúde, a conta inicial para novos gastos seria de R\$ 15 a R\$ 17 bilhões, mas há um reconhecimento de que o volume poderá ser maior, a depender da evolução da crise e das necessidades do programa de vacinação. Só aí são mais de R\$ 30 bilhões, mas vale lembrar que há R\$ 36 bilhões de créditos extraordinários que passaram do ano passado para este, sendo R\$ 20 bilhões só para vacina, que

entram nessas contas de gastos fora dos limites fiscais, uma vez confirmada a aprovação da emenda ao PLN 2.

Esse projeto também trazia uma autorização para, por meio de decreto (em vez de projeto de lei), o governo poder cortar despesas discricionárias para bancar aumento de gastos obrigatórios.

A soma de recursos livres das amarras fiscais já causa polêmica, sendo criticada por alguns economistas e vista com estranheza até mesmo no Tribunal de Contas da União (TCU). Mas o mercado de juros, que vinha sentindo a pressão da incerteza fiscal, teve um dia de queda relevante nas taxas.

- **Leia também:**
- **Governo engorda previsão de dividendos**

Fontes ouvidas pelo **Valor** não gostaram da costura que foi apresentada ontem, pela qual o governo poderia retirar despesas de sua meta fiscal e, assim, abrir espaço para acomodar as emendas parlamentares. “Isso me lembra manobras do passado”, afirmou uma fonte que acompanha de perto as discussões. “Talvez não tenha problema de legalidade, mas essas coisas afetam a credibilidade”, diz um interlocutor da Corte.

“A flexibilização das metas acarreta risco fiscal elevado e deixa o Executivo federal desobrigado de apresentar ao Congresso um planejamento fiscal para enfrentar a pandemia. Trata-se de uma estratégia da equipe econômica para se esquivar da responsabilidade de planejar, com transparência, uma ação emergencial com seus custos e benefícios”, afirma o especialista em finanças públicas e analista no Senado, Leonardo Ribeiro. “O presidente americano apresentou um plano de U\$ 1,9 trilhão para o parlamento, mostrando o que pretende fazer... No Brasil, o Poder Executivo não apresentou esse plano, ferindo a LRF... Portanto, o Congresso não deveria dar cheque em branco para gastos não adequadamente planejados”, completou.

O diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, também critica. “Isso é ruim. O mais transparente seria mudar a meta de primário, já que



esses gastos são emergenciais, e não mudar a regra”, afirmou. Na prática, acrescentou, haverá um cálculo do resultado primário para fins de cumprimento da meta que será mais baixo do que o resultado que afetará efetivamente a dívida.

Salto também criticou o outro ajuste feito no PLN 2, que permitirá que o contingenciamento vá além das despesas discricionárias do Executivo e do corte proporcional das emendas impositivas. A medida possibilitará, explica, o corte dessas despesas de livre alocação como mecanismo direto para o cumprimento do teto. “O contingenciamento tradicionalmente é vinculado à meta de primário. Quando você insere essa novidade, está dizendo que se tiver alteração orçamentária que supere o teto, você pode cortar”, disse.

Para Salto caminho encontrado pelo governo e o Congresso para a sanção do Orçamento de 2021 deve sofrer questionamentos e críticas TCU, mas possivelmente afastará o fantasma de uma eventual rejeição das contas do presidente Jair Bolsonaro, que vinha sendo usado como principal argumento da Economia na defesa dos vetos. **(Colaboraram Fabio Murakawa, Mariana Ribeiro e Renan Truffi, de Brasília)**

## Conteúdo Publicitário

---

VALOR INVESTE

Cidade do Rio prevê imunizar todos idosos em abril e prioritários acima de 45 anos em maio

VALOR INVESTE

Credit Suisse eleva preço-alvo da ação da Duratex para R\$ 25

App calcula pegada de carbono e facilita reflorestamento

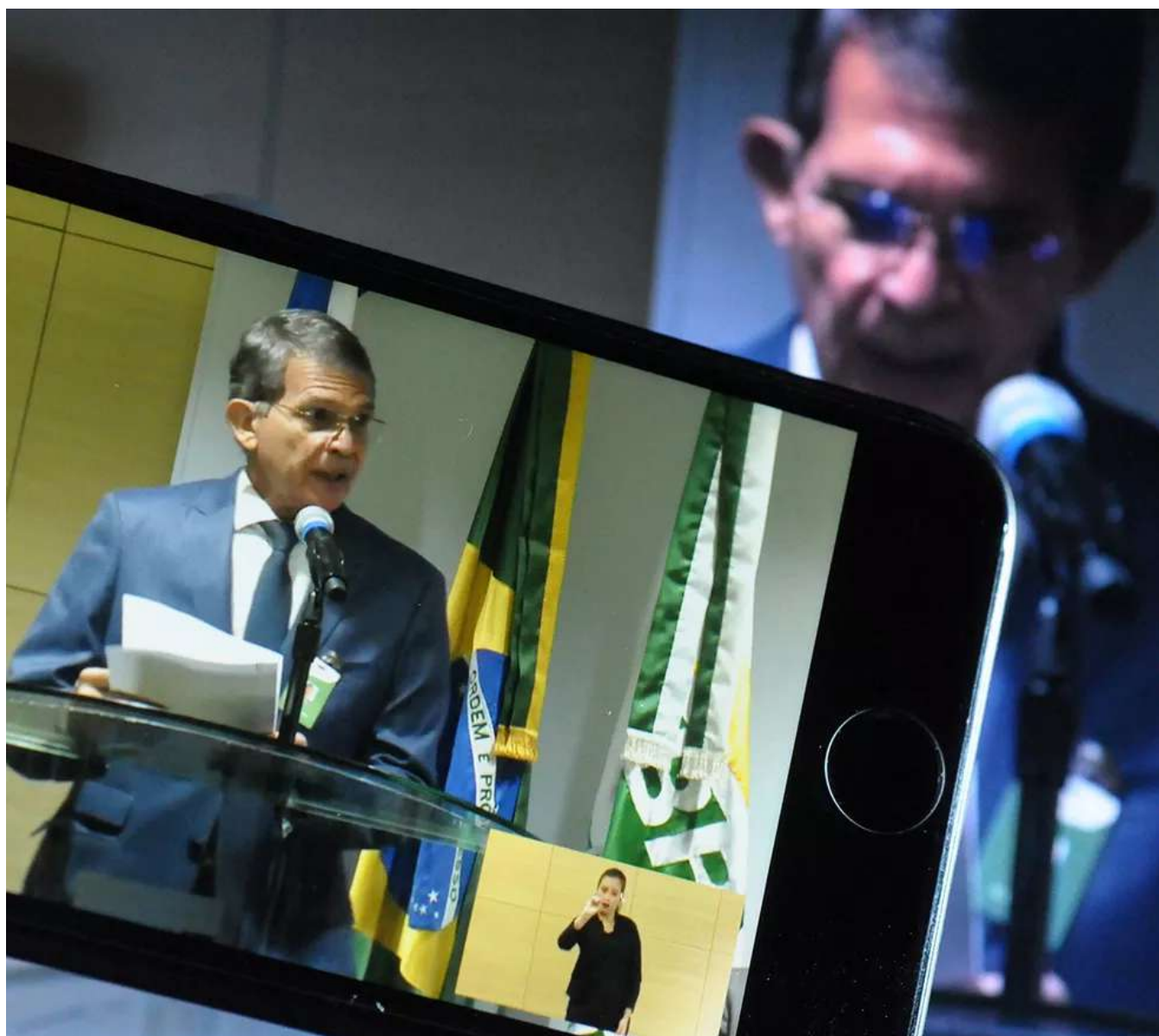
 COMENTÁRIOS

# Silva e Luna buscará reduzir volatilidade nos preços do diesel

Novo presidente da Petrobras disse que quer conciliar interesses de consumidores e acionistas

Por **Gabriela Ruddy e Juliana Schincariol** — Do Rio

20/04/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



O novo presidente da Petrobras, o general da reserva Joaquim Silva e Luna, disse ontem que a companhia vai buscar reduzir a volatilidade dos preços de combustíveis sem desrespeitar a paridade com os preços internacionais, mas não deu detalhes sobre como vai perseguir essa estratégia. Em seu discurso de posse, Silva e Luna afirmou ainda que quer conciliar interesses de consumidores e acionistas, estratégia que especialistas dizem ser de difícil execução.

“Quem chega deve chegar ouvindo mais e falando menos. Confesso que me sinto honrado pela confiança e impactado pela responsabilidade. Entendo que essa sensação me mantém num ponto de equilíbrio entre a ousadia e a prudência”, disse Silva e Luna ao agradecer ao presidente Jair Bolsonaro e ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pela indicação ao cargo.

**“Quem chega deve chegar ouvindo mais e falando menos.  
Objetivo é equilíbrio entre ousadia e prudência”**

O novo presidente da estatal foi indicado após críticas de Bolsonaro à gestão de Roberto Castello Branco à frente da companhia, sobretudo no tema do repasse dos preços internacionais de combustíveis no mercado interno. O receio do mercado é

que, com a troca, a Petrobras abandone a paridade de importação para compensar pressões inflacionárias.

Os temores se refletem nas ações da estatal, que ainda não conseguiram recuperar os patamares que registravam em 18 de fevereiro, quando Bolsonaro indicou pela primeira vez que poderia promover mudanças na companhia. Apesar do aumento de 5,03% ontem, as ações ordinárias da Petrobras fecharam a R\$ 23,79, cotação ainda 4,67% menor do que em 18 fevereiro. Os papéis preferenciais tiveram alta de 5,8% ontem, para R\$ 24,28, valor 4,04% abaixo do que antes das falas do presidente da República, em fevereiro.

Silva e Luna disse ontem que a estrutura de governança da empresa e seu normativo de “compliance” (conformidade) “impedem riscos de aventuras” e dão segurança aos acionistas. “Credibilidade não é fruto de uma percepção momentânea, é o somatório de uma longa coerência de atitudes. Numa mudança há sempre um expressivo estoque de especulações e expectativas. É natural. Particularmente nesses tempos de tantos conflitos de narrativas.”

O Goldman Sachs disse, em relatório, que, apesar de um primeiro discurso “amigável”, Silva e Luna ainda precisar detalhar a execução da política de preços. Para o coordenador-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep), William Nozaki, a companhia deve trabalhar

alinhada ao governo federal, mas não há sinais de ruptura com os acionistas minoritários.

Segundo Nozaki, uma das formas de dar maior previsibilidade aos preços pode incluir a adoção de uma periodicidade mínima para os reajustes, mecanismo testado na gestão de Ivan Monteiro, em 2018. “É possível amortecer e dar mais previsibilidade aos reajustes sem criar tantos sobressaltos”, afirmou Nozaki. O Inep é ligado à Federação Única dos Petroleiros (FUP).

Outros mecanismos que poderiam suavizar preços no mercado interno são a criação de um fundo de amortecimento ou o anúncio de mudanças fiscais, aponta o analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman. “Transformações no dinamismo de preços e a manutenção da paridade tendem a apresentar antagonismo e vão requerer do novo presidente decisões que, corretamente, serão tomadas após se ambientar”, disse.

Silva e Luna tomou posse com os novos integrantes da diretoria da companhia, após serem eleitos pelo conselho de administração da estatal, na sexta-feira. A cerimônia de posse ontem no Rio foi presencial, mas restrita a poucos convidados, devido à pandemia. O evento também contou com a presença do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, do presidente do conselho de administração da Petrobras, Eduardo Bacellar, e do diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Rodolfo Saboia, os três também militares. Com isso, a posse de Silva e Luna consolida a presença militar no comando da indústria de petróleo no país.

Também foram empossados ontem os diretores Cláudio Mastella (logística e comercialização), Fernando Borges (exploração e produção), João Henrique Rittershausen (desenvolvimento da produção) e Rodrigo Araújo (financeiro). Já Roberto Ardenghy (relacionamento institucional e sustentabilidade), Nicolás Simone (transformação digital e inovação) e Rodrigo Costa Lima e Silva (refino e gás) foram reconduzidos, enquanto Salvador Dahan (governança e conformidade) assume em maio, pois está fora do país.

O presidente do conselho de administração da companhia destacou que a indicação da nova diretoria reforça compromisso da empresa com a meritocracia, já que os

diretores foram escolhidos entre os quadros técnicos da empresa.

Um sinal apontando como positivo pelo mercado foi o reforço, por Silva e Luna, do compromisso com a execução do plano estratégico da estatal, focado em ativos de águas profundas, além da busca por custos baixos e eficiência. Em seu discurso, o ministro de Minas e Energia também mencionou a necessidade de a companhia continuar com os processos de venda de ativos: “Destaco os projetos de desinvestimentos que têm contribuído para que a empresa reduza sua dívida e aumente sua capacidade de investimentos”, pontuou.

Para o presidente do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, a fala de Silva e Luna de que tentará reduzir a volatilidade de preços pode indicar intervenção estatal. “O que determina os preços de combustíveis são variáveis exógenas à Petrobras, que são o preço do barril de petróleo e o câmbio. O papel do presidente da empresa é atender ao acionista, não ao consumidor. Quem tem que agradar aos consumidores é o governo federal, se quiser, por meio de políticas públicas.” **(Colaborou Rita Azevedo, de São Paulo).**

## Conteúdo Publicitário

---

Água é responsável pela geração de 80% da energia da ENGIE

Empresa caminha para pegada zero de carbono

A água está em todo lugar, mas é um recurso cada dia mais disputado

 COMENTÁRIOS